

idn cadernos

II SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
26 E 27 DE NOVEMBRO, 2020

idn Instituto
da Defesa Nacional

Setembro
2021
N.º 43

II Seminário de Defesa Nacional

Ministério da Defesa Nacional

Setembro de 2021

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As opiniões livremente expressas nas publicações do Instituto da Defesa Nacional vinculam apenas os seus autores, não podendo ser vistas como refletindo uma posição oficial do Instituto da Defesa Nacional ou do Ministério da Defesa Nacional de Portugal.

Diretora

Helena Carreiras

Editor

Luís Cunha

Núcleo de Edições

António Baranita

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Pré-Impressão, Impressão e Acabamento

Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Estrada de Mem Martins, 4, São Carlos — Apartado 113 – 2726-901 Mem Martins

Tel.: 219 266 600 Fax: 219 202 765 E-mail: geral@emec.gov.pt www.emec.gov.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

© Instituto da Defesa Nacional, 2021

Índice

Programa	5
Dia 26 de novembro	7
Painel 1: As Forças Armadas e as Respostas de Emergência a Crises Complexas – Lições Aprendidas e Desafios	7
Painel 2 e 3: Recrutar, Reter e Reinsereir e Recursos Humanos da Defesa	10
Dia 27 de novembro	15
Helena Carreiras, Diretora do Instituto da Defesa Nacional	15
Mensagem de Josep Borrell, Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-presidente da Comissão Europeia	18
João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional	20
I – A União Europeia como Um Ator na Geopolítica Global	27
Moderação: Nuno Severiano Teixeira, Diretor do Instituto Português de Relações Internacionais	27
Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus	30
II – Futuro da Defesa Europeia: Desafios de Uma Dimensão Militar Reforçada	36
Moderação: Ana Miguel Santos, Coordenadora do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Defesa Nacional	36
Ana Paula Brandão, Professora Auxiliar em Relações Internacionais, Universidade do Minho	39
MGen. Hermínio Maio, Diretor Adjunto da Capacidade Militar de Planeamento e Condução da União Europeia	42
Paulo Lourenço, Diretor-geral de Política de Defesa Nacional	47
Resumo do debate	52
III – <i>New Threats and European Defence</i>	54
Moderação: Isabel Nunes, Diretora do Centro de Estudos e Investigação do Instituto da Defesa Nacional	54
Gustav Lindstrom, Diretor do <i>European Union Institute for Security Studies</i>	55
Hanna Smith, Diretora de Planeamento Estratégico e de Respostas no <i>Hybrid CoE – The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats</i>	56
Louise van Schaik, Diretora da Unidade <i>EU & Global Affairs, Clingendael Institute</i>	60
Resumo do debate	64

IV – Uma Economia da Defesa Europeia Inclusiva e Eficaz	66
João Neves, Secretário de Estado da Economia	66
Moderação: Marco Capitão Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da idD – <i>Portugal Defence</i>	72
Resumo do debate	74
Sessão de Encerramento	76
Ana Santos Pinto, Professora Auxiliar em Relações Internacionais e Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa	76

II SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

Programa

DIA 26 (Sessões restritas on-line)

Sessão de boas-vindas

Helena Carreiras, Diretora do Instituto da Defesa Nacional

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

As Forças Armadas e as respostas de emergência a crises complexas: lições aprendidas e desafios

Alm. Silva Ribeiro, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas

Moderação: Carlos Gaspar, Assessor do Instituto da Defesa Nacional

Debate

Recrutar, Reter e Reinserir

Alm. António Maria Mendes Calado, Chefe do Estado-Maior da Armada

Gen. José Nunes da Fonseca, Chefe do Estado-Maior do Exército

Gen. Joaquim Manuel Nunes Borrego, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Alberto Coelho, Diretor-Geral dos Recursos da Defesa Nacional

Moderação: Gen. Valença Pinto, ex-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Recursos Humanos da Defesa

Catarina Sarmento e Castro, Secretária de Estado dos Recursos Humanos e dos Antigos Combatentes

DIA 27 (Sessões públicas on-line)

Sessão de Abertura

Helena Carreiras, Diretora do Instituto da Defesa Nacional

Mensagem de Josep Borrell, Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-presidente da Comissão Europeia

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

A União Europeia como um ator na geopolítica global

Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Moderação: Nuno Severiano Teixeira, Diretor do Instituto Português de Relações Internacionais

Debate

Futuro da Defesa Europeia: desafios de uma dimensão militar reforçada

Ana Paula Brandão, Professora Auxiliar em Relações Internacionais, Universidade do Minho

MGen. Hermínio Maio, Diretor Adjunto da Capacidade Militar de Planeamento e Condução da União Europeia

Paulo Lourenço, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional

Moderação: Ana Miguel Santos, Coordenadora do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Defesa Nacional

Debate

Novas ameaças e a Defesa Europeia

Gustav Lindstrom, Diretor do *European Union Institute for Security Studies*

Hanna Smith, Diretora de Planeamento Estratégico e de Respostas no *Hybrid CoE, The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats*

Louise van Schaik, Diretora da Unidade *EU & Global Affairs, Clingendael Institute*

Moderação: Isabel Nunes, Diretora do Centro de Estudos e Investigação do Instituto da Defesa Nacional

Debate

Uma Economia da Defesa Europeia inclusiva e eficaz

João Neves, Secretário de Estado da Economia

Moderação: Marco Capitão Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da idD – *Portugal Defence*

Debate

Encerramento

Ana Santos Pinto, Professora Auxiliar em Relações Internacionais e Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

A primeira sessão do 2.º Seminário de Defesa Nacional ocorreu em formato virtual e fechado, restrito a um número de decisores políticos e militares. Seguindo os moldes do ano anterior, o evento constituiu-se como uma oportunidade para discutir as prioridades da Defesa Nacional, almejando promover uma cultura de produção de informação que seja rigorosa, sistemática e comparada, mas também ancorar uma comunicação pública de defesa consequente, que permita abrir posteriormente o debate a um escrutínio público mais informado e exigente.

O contexto pandémico influenciou diretamente na escolha dos temas a serem abordados, nomeadamente, (1) o papel das Forças Armadas na resposta de emergência a crises, e (2) o desenvolvimento de uma política coerente de recursos humanos. No primeiro caso, refletiu-se sobre lições aprendidas com o combate à COVID-19, mas também na colaboração com as estruturas da Proteção Civil, por forma a melhor enfrentar desafios futuros. No segundo caso, discutiram-se medidas de recrutamento e retenção de mulheres e homens nas Forças Armadas, bem como a sua subsequente reinserção na economia nacional.

Painel 1: As Forças Armadas e as Respostas de Emergência a Crises Complexas – Lições Aprendidas e Desafios

As Forças Armadas constituem uma organização orientada para responder a variadas situações de crises. Contudo, independentemente da complexidade destes eventos, resulta necessário uma aposta recorrente no planeamento estratégico, enquanto instrumento fundamental para a alocação de recursos e seu empenhamento futuro. Esse planeamento tem que conseguir interpretar alterações ao contexto e adotar respostas rápidas, com elevado pragmatismo e atendendo aos recursos materiais e humanos disponíveis. Neste âmbito, a experiência na resposta à COVID-19 ajudou sobretudo a demonstrar a validade da aposta em programas conjuntos e de duplo uso, a importância do reconhecimento público do esforço das Forças Armadas e a necessidade de uma estratégia de comunicação que atribua visibilidade a todas as atividades levadas a cabo neste domínio.

Simultaneamente, a pandemia de COVID-19 não só expôs um mundo volátil, incerto e ambíguo, mas também contribuiu para acelerar tendências de transformação que já se encontravam previamente em curso. Entre as principais tendências evidenciadas, é possível identificar:

1. Um aumento da confrontação geopolítica, o que tem gerado novas tensões dentro das fronteiras da NATO e da União Europeia.
2. Um aumento da exploração maliciosa da dimensão informacional, traduzida em redes de desinformação associadas a narrativas populistas e a propaganda sobre a pandemia, em simultâneo com mais ataques cibernéticos.

3. Um crescimento da pobreza e instabilidade em áreas de interesse para Portugal, como em África, com efeitos correspondentes no aumento de fenómenos de terrorismo, crime organizado e vagas de migração irregular.
4. Uma complexificação da relação do Homem com a Natureza, onde questões de sustentabilidade ambiental e o combate às alterações climáticas têm gerado um aumento e uma maior severidade de desastre naturais.

Em função destas tendências, é possível perspetivar um conjunto de linhas de força para o empenhamento futuro das Forças Armadas em termos de missões de natureza militar e apoio a esforços civis, bem como as necessidades correspondentes ao nível de capacidades prioritárias:

1. Um aumento das tensões geopolíticas internacionais levará a um acréscimo de solicitações para participação em missões da NATO, ONU, União Europeia e União Africana, bem como a um aumento de responsabilidades sobre a Zona Económica Exclusiva. Tal requererá, por sua vez, uma maior presença aeronaval no Atlântico, uma maior interoperabilidade com aliados e mais capacidades ao nível de satélites, por forma a garantir a conectividade e vigilância sobre o espaço marítimo nacional, bem como sobre as regiões onde se encontrarão previsivelmente as Forças Nacionais Destacadas.
2. Um aumento de campanhas de desinformação incentivará as Forças Armadas a uma maior partilha de informação a nível nacional e internacional, bem como a um incremento na comunicação pública através das redes sociais, com vista a desmontar eventuais campanhas maliciosas sobre a resolução de crises. Será também necessário reforçar a proteção das redes militares, incluindo possíveis operações ofensivas no ciberespaço, atendendo às competências legais exclusivas das Forças Armadas neste domínio. Tal exigirá, invariavelmente, mais capacidades de operações de informação e de ciberdefesa, quer em termos de equipamentos, quer em termos de recursos humanos para proteção dos sistemas nacionais e identificação da real natureza das ameaças.
3. O aumento da instabilidade a Sul gerará pedidos acrescidos para que Portugal incremente a sua presença em África (e.g. através do comando de missões de treino da UE e operações de paz da ONU), incluindo ao nível de segurança marítima dos países da CPLP. Para tal, será necessário manter forças devidamente equipadas, com sistemas de comando, controle e comunicações apropriados, recorrendo quando necessário a sistemas não-tripulados de vigilância, meios aéreos para apoio ao combate e evacuação de feridos e capacidades para recolha de informação.
4. Um previsível aumento e maior severidade de crises naturais (e.g. incêndios, ciclones) e sanitárias (e.g. pandemias) implicará um acréscimo das solicitações de envolvimento das Forças Armadas. Tal requererá, no entanto, competências melhor definidas em termos de apoio a missões de proteção civil, tirando partido da preparação dos militares para cenários de combate, nas áreas do

planeamento, coordenação, comando e controle, logística, apoio sanitário, comunicações, proteção nuclear, química e radiológica, e da vigilância e reconhecimento. Exigirá também mais recursos humanos qualificados e uma melhor utilização de meios de duplo uso, incluindo viaturas de transporte, sistemas não-tripulados, bem como o aproveitamento de recursos como o Hospital das Forças Armadas, o Laboratório Militar ou as unidades NBQR.

A amplitude e natureza difusa das ameaças associadas a estas tendências requerem, por sua vez, uma nova abordagem integral do Estado às crises complexas, capaz de conjugar os múltiplos instrumentos civis e militares que contribuem presentemente para a segurança nacional. Esta necessidade de uma visão holística da Defesa Nacional torna oportuno revisitar a edificação de um sistema nacional de gestão de crises. Neste âmbito, importa:

- a) Tirar partido de lições aprendidas quanto às competências de planeamento, coordenação, comando e controle nas Forças Armadas.
- b) Colocar em prática os mecanismos necessários que permitam aos órgãos relevantes trabalhar em conjunto, mantendo as respetivas culturas, capacidades e competências.
- c) Distinguir proteção civil de planeamento civil de emergência.
- d) Acautelar a dimensão externa da gestão de crises e melhorar a coordenação com atores civis.

Um sistema nacional de gestão de crises deve ser rapidamente ajustável à natureza da crise em questão, mas deve também possuir os recursos e capacidades adequadas para intervir de forma coordenada, tanto com relação a problemas internos como externos, que decorram de alianças e relações privilegiadas com países parceiros. Deve-se basear nos seguintes elementos:

- a) Mecanismos de tomada de decisão, convocação das entidades, comando e controle articulados e definidos.
- b) Exercícios regulares, que aproveitem experiências existentes e sejam extensíveis a outros setores, públicos e privados.
- c) Capacidade de adaptação em função da ameaça que se traduza em geometrias operacionais variáveis, incluindo atores conforme sejam relevantes para cada teatro de operações.

O caminho para alcançar este resultado passa, invariavelmente, pela adaptação da documentação estratégica existente. Com efeito, quer o Conceito Estratégico Militar (CEM), quer o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) encontram-se desatualizados face às alterações na ordem internacional e às consequências da crise global provocada pela pandemia COVID-19.

No entanto, dois obstáculos podem também emergir neste processo. Em primeiro lugar, a revisão do CEM e do CEDN de pouco servirá se ambos não forem

operacionalizados com sucesso, com o compromisso de todas as partes envolvidas. Em segundo lugar, um contexto que se avizinha de crise financeira e de subsequentes restrições ao nível orçamental levará também a uma situação paradoxal, face a um incremento expetável das solicitações para o empenhamento das Forças Armadas, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional.

Ambos os obstáculos exigirão uma revisão cuidada dos documentos estratégicos, por forma a indicar prioridades e a garantir a relevância e atualidade das Forças Armadas. Existe uma necessidade de implementação transversal ao nível dos órgãos da Defesa Nacional de metodologias e processos de gestão, que garanta a execução das linhas de ação previstas, a monitorização dos resultados alcançados e eventuais correções supervenientes, promovendo assim a responsabilização de todos os intervenientes.

Painel 2 e 3: Recrutar, Reter e Reinsereir e Recursos Humanos da Defesa

A política de recursos humanos da Defesa Nacional reveste-se da maior sensibilidade e exigência. Perante os dilemas de recrutamento em contexto de decréscimo populacional, o fosso que se estabelece entre diferentes gerações, com diferentes expetativas face ao mercado do trabalho, leva a que seja urgente adotar e implementar ferramentas adequadas. A par do recrutamento, a diminuição de efetivos que se tem verificando nos últimos anos torna também imprescindível reforçar os níveis de retenção, possibilitando a rentabilização do investimento nos processos formativos e o desenvolvimento institucional, para além do cumprimento das missões previstas.

Neste âmbito, o Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, adotado em 2019, identificou medidas para transformar as Forças Armadas e o Ministério da Defesa Nacional em empregadores mais atrativos, mais alinhados com as ambições dos seus colaboradores e num quadro de referência mais ajustado, para responder às exigências das várias missões dos ramos. A Comissão de Acompanhamento do Plano de Ação visa, por sua vez, proceder a uma avaliação crítica do plano, em termos das entidades envolvidas, das datas avançadas e da densificação de algumas ações e metas propostas.

1. Principais tendências identificadas

Ocorreu uma diminuição de efetivos nos últimos 10 anos, fomentada pela perda de atratividade da atividade militar, mas também em consonância com as metas impostas pela diretiva Defesa 2020, que definiu um limite máximo de efetivos, um período de implementação e um instrumento de planeamento anual dos efetivos militares. Em 2015, o efetivo total era já inferior a 30 000, tendo-se superado o limite mínimo estabelecido para 2020 cinco anos antes do prazo. Mais recentemente, foi possível estancar a redução no quadro permanente, mas não foi possível complementar as vagas no regime de voluntariado/regime de contrato (apesar do incremento de admissões na ordem dos

2000 a 3000 novos ingressos por ano). Paralelamente, à medida que as necessidades de recrutamento se agudizaram, o contexto socioeconómico não permitiu gerar maior atratividade em torno da profissão militar.

Ao nível dos diferentes ramos:

- a. A Marinha verificou um incremento substancial no preenchimento das vagas que foram disponibilizadas a concurso entre 2016 e 2018. No entanto, continua com lacunas para colmatar as suas necessidades operacionais.
- b. O Exército é atualmente composto por um universo de cerca de 14 000 efetivos, 11 300 dos quais militares e 1700 em formação. As necessidades existentes em termos de pessoal militar para cumprimento das missões previstas estão asseguradas.
- c. A Força Aérea é composta por cerca de 5000 militares e 715 civis. No entanto, assinala-se um défice de 1200 militares e 385 civis.

2. Problemas e desafios identificados

A capacidade de atrair talentos e reter competências constitui uma das principais preocupações partilhada entre as Forças Armadas e a tutela. O contexto atual de efetivos reduzidos tem gerado um conjunto de obstáculos, a começar pelos constrangimentos provocados no normal funcionamento dos ramos. O surgimento de novas competências e missões (e.g. no caso da Força Aérea, o comando de gestão centralizado dos meios aéreos do dispositivo de emergência de combate a incêndios rurais) traduziu-se também em responsabilidades acrescidas a par de elevadas taxas de empenhamento, com necessidades correspondentes ao nível de recursos humanos.

É ainda possível identificar um conjunto de problemas associados aos decretos-lei relativos à dimensão anual dos efetivos, quer em termos da sua dupla tutela, quer do seu calendário de publicação, quer das vagas fixadas para os quadros permanentes ou em regime de contrato, que nem sempre correspondem às reais necessidades para o cumprimento das missões. Isto gera, por sua vez, um acréscimo operacional para os efetivos existentes e fomenta não só a degradação das condições de trabalho como também o desequilíbrio de vida pessoal-profissional.

Por outro lado, incertezas quanto à possibilidade de ingressar no quadro permanente a par de uma dinâmica de competição pelos mesmos recursos humanos entre as Forças Armadas e as forças de segurança, mas também com o setor privado, leva à consideração de outras vias profissionais mais apelativas, com maior capacidade de atratividade. Tal é reforçado pelas tendências demográficas em curso, uma comunicação pouco eficaz sobre os aspetos mais positivos da carreira militar e uma não-diferenciação em termos de compensação remuneratória (e.g. subsídio de prontidão para pessoal embarcado na Marinha) que justifique o investimento nesta carreira face a outras ofertas concorrenciais.

Neste contexto, foram identificados um conjunto de desafios comuns aos três ramos:

- i. Os principais desafios em matéria de recrutamento passam pela necessidade de uma comunicação mais integrada dos serviços de recrutamento, pelo alinhamento das diversas iniciativas existentes através de estratégias conjuntas,

- pela clarificação da mensagem, pela diversificação do público-alvo (e.g. apostar mais no público feminino; considerar outros ciclos de ensino), pelo reforço na aposta digital (e.g. portais eletrônicos ou aplicações de telemóvel, como é o caso do Exército), pela utilização de militares e ex-militares como embaixadores para candidatos prospetivos e pela agilização de procedimentos de concurso.
- ii. Os principais desafios em termos de retenção passam pela necessidade de equilibrar as expectativas dos profissionais com o cumprimento das missões, mas sobretudo pelo incremento das qualificações dos próprios militares. Tal implica uma reorganização dos sistemas de formação profissional, para que estes integrem o sistema nacional de qualificações e uma coordenação funcional para se ganhar capacidade de diálogo juntos dos órgãos decisores de capacitações nacionais. É igualmente necessário operacionalizar os pressupostos do regime de contrato especial, bem como completar a execução do quadro permanente de praças, generalizado aos três ramos, enquanto instrumento-chave de retenção.
 - iii. Os principais desafios em termos de reinserção passam por assumi-la como uma fase integrante do modelo, que seja acautelada ao longo de todo o regime de prestação de serviços. A crescente dependência do subsídio de desemprego após o término dos contratos necessita de ser considerada de forma mais integrada. É igualmente necessário reforçar as estruturas de apoio à reinserção e criar programas que completem a formação ou promovam a reconversão profissional de forma atempada.

Algumas das medidas adotadas até à data com vista a responder a estes desafios incluem: o incremento de atividades telemáticas e à distância; a produção de novos conteúdos digitais; aumento do uso de redes sociais e potenciação junto do público-alvo através de comunicação e grafismo dirigido; o alinhamento de ciclos de recrutamento com períodos de maior procura de emprego; a revisão de normas sobre apresentação dos militares (e.g. arte corporal); a adaptação de provas de admissão; o aumento de estágios curriculares; a criação de programas de tutoria; o aumento de redes wireless e melhorias nos espaços de convívio e trabalho.

3. Oportunidades

Em termos de recrutamento, é possível atender melhor às características do público-alvo, nomeadamente, a população ativa jovem. Os estudos sobre o perfil psicológico do candidato-tipo podem ser melhorados e os conteúdos das redes sociais podem ser também devidamente focalizados, por forma a garantir uma mensagem mais clara e mais concisa. Os requisitos de seleção (e.g. testes físicos) podem ser igualmente ajustados, por forma a diminuir taxas de atrição, e os processos administrativos que lhes estão subjacentes podem também ser agilizados, enquanto se rentabilizam experiências promissoras como os *Bootcamps* e o 'Alista-te por um dia'. Uma aposta em questões de igualdade de género e na conciliação da vida pessoal e familiar com o desenvolvimento da carreira, em

consonância com medidas de parentalidade, poderão também representar oportunidades de enriquecimento do capital humano que se visa atrair para a carreira militar.

Em termos de retenção, muito embora a diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base ao ingresso se tenha esbatido nos últimos anos, a revisão das remunerações poderá ainda assim representar um contributo para melhorias significativas neste domínio. A consideração de regras de colocação mais perto das áreas de residência e a concretização dos quadros permanentes de praças poderão constituir igualmente passos relevantes para ajudar na retenção.

Em termos de reinserção, poderão ser equacionados possíveis incentivos a empresas na forma de regalias fiscais para a reintegração de militares que saíam das fileiras, evitando assim casos de empresas que pagam indemnizações quando militares decidem sair prematuramente, antes de finalizar os respetivos contratos. Uma maior coordenação entre o Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (CIOFE) da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) do Ministério da Defesa Nacional, e os gabinetes de ação social dos diferentes ramos poderá também originar mais ações de esclarecimento para inserção no mercado de trabalho.

As áreas da ciberdefesa e do domínio espacial deverão receber particular incidência transversal, por forma a se conseguir responder a novas exigências tecnológicas e acompanhar desenvolvimentos e oportunidades que possam vir a surgir no âmbito da NATO e da União Europeia. No primeiro caso, o trabalho levado a cabo pelo Comité de Monitorização da Ciberdefesa (CMCD) poderá concentrar-se na integração de civis numa futura força de ciberdefesa, na requalificação de militares e civis utilizando e aproveitando os recursos já existentes e na revisão das tabelas remuneratórias para acautelar estas especificidades. Um processo semelhante poderá ser também necessário em termos de capacidades espaciais, nomeadamente a participação de ativos militares em programas espaciais civis, a revisão de entraves jurídicos a uma maior participação de militares e civis em instituições privadas e a salvaguarda de que os recursos da defesa não serão usados para fins privados. A retenção de quadros nas duas áreas prevê-se difícil, podendo vir a exigir algum tipo de valorização que não passe pela vertente salarial.

4. Efeitos da pandemia COVID-19

A pandemia levou a uma revalorização do papel das Forças Armadas perante a sociedade, reforçando assim o seu potencial de recrutamento subjacente. A par de contratações pontuais levadas a cabo durante este contexto específico, é também admissível que o prolongamento de uma eventual crise económica possa levar a população jovem a considerar mais seriamente as oportunidades de emprego associadas à carreira militar.

No entanto, importa não ignorar os impactos mais perniciosos da COVID-19, com destaque para as ações de recrutamento previstas para 2020 em termos do quadro permanente e regime de contrato. Por exemplo, as contingências impostas pelos sucessivos estados de emergência levaram a um atraso do calendário dos exames do ensino secundário e à suspensão do plano de incorporação para admissão em regime

de contrato, implicando um atraso na abertura de alguns concursos de admissão. Isto exigiu, por sua vez, medidas de mitigação através da redução do número de candidatos a convocar, com impacto na duração do processo de seleção. Verificou-se ainda um agravar do problema da falta de preparação física dos candidatos, gerando as taxas de atrição mais elevadas dos últimos anos.

5. Conclusões

O déficit demográfico e o ambiente de forte concorrência por melhores recursos tornam necessário aumentar o recrutamento de forma generalizada, certificar as qualificações obtidas, e revalorizar a condição militar face a outras carreiras profissionais, por forma a aumentar a retenção de efetivos. Neste âmbito, a criação do Observatório do Serviço Militar poderá revestir-se de particular utilidade, ao contribuir com dados quantitativos fiáveis e estudos qualitativos regulares. Um conhecimento detalhado das funções e competências previstas e exigidas permitirá, por sua vez, um recrutamento mais eficaz, uma gestão mais eficiente dos recursos e uma maior satisfação profissional. No entanto, quaisquer soluções adotadas requerem também a devida articulação entre os diferentes ramos, sob pena de se criar problemas de gestão e de sustentabilidade para gerações supervenientes.

Em suma, o enfoque deve ser colocado na atratividade da carreira, nas qualificações diferenciadas que são proporcionadas, no alinhamento da formação com competências transversais à sociedade, num reconhecimento célere dessas mesmas competências e numa ampliação dos esforços de recrutamento por via da complementaridade e da flexibilidade.

Dia 27 de novembro

Helena Carreiras, Diretora do Instituto da Defesa Nacional

Senhor Ministro da Defesa Nacional,

Permita-me, numa versão de diplomacia digital mitigada em tempos pandémicos, cumprimentar, na sua pessoa, todas as autoridades civis e militares presentes neste evento.

Senhor Almirante, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas,

Senhores Secretários de Estado,

Senhora Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa,

Senhores Chefes do Estado Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea,

Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária,

Senhores Embaixadores,

Senhores Dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Defesa Nacional,

Senhores Oficiais Gerais,

Demais entidades Militares, Académicas e civis,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Começo por dar as boas vindas aos nossos convidados, oradores e participantes neste II Seminário de Defesa Nacional, que nos seguem através das plataformas digitais, agradecendo a disponibilidade para se juntarem a nós.

Esta é uma iniciativa que reúne anualmente os principais responsáveis políticos e institucionais da Defesa Nacional e das Forças Armadas, para refletir em conjunto sobre as prioridades das políticas de defesa.

Para além da discussão no seio do conjunto de entidades que mais diretamente intervêm nessas políticas, o seminário pretende também envolver o público em geral e um conjunto alargado de outros atores relevantes, do espaço político, diplomático, académico, empresarial e social, cuja ação é fundamental aos vários níveis da conceção, implementação, avaliação e difusão das políticas de defesa.

A promoção de um debate alargado sobre as escolhas a fazer em matéria de defesa, abordando os desafios e oportunidades que se nos apresentam, é ainda mais importante em momentos de crise como o que vivemos, em que a tensão sobre os recursos e a necessária racionalidade na sua mobilização não autorizam decisões imponderadas e desinformadas.

O IDN é, este ano pela primeira vez, parceiro na realização deste seminário e fá-lo com uma enorme motivação e sentido de missão, uma vez que existe para a produção de pensamento estratégico nacional e para a promoção de uma cultura de segurança

e defesa. O Instituto tem a idade da nossa democracia e define-se como um lugar de produção e difusão de conhecimento assentes no pluralismo, na promoção do diálogo, na liberdade de pensamento, na ética da cidadania e no compromisso de serviço público. Estes são também os valores que norteiam este seminário e a abertura do debate a um público alargado.

Essa abertura é fundamental por várias razões:

- a) primeiro, porque é essa a condição para a existência de cidadãos mais informados, com maior capacidade de participação e escrutínio das decisões políticas;
- b) segundo, porque pressiona para uma maior responsabilização transparência e prestação de contas por parte dos responsáveis políticos.
- c) terceiro, porque é esse o quadro fundamental para a legitimação e o reconhecimento público das instituições que têm a seu cargo a nossa defesa, a defesa da nossa liberdade, da nossa segurança e dos nossos valores, bem como das políticas que prosseguem; mas esse é também o quadro fundamental para o desenvolvimento de uma consciência informada das responsabilidades da comunidade e de cada cidadão na promoção da segurança, em sentido lato: o entendimento que a defesa e a segurança são co-produções que, dizendo respeito a todos, a todos devem envolver.

Este não é um objetivo menor, considerando o relativo afastamento dos cidadãos face a estas questões, tantas vezes remetidas ao espaço restrito dos especialistas e apercebidas como distantes das preocupações mais comuns do nosso quotidiano. Pelo contrário, é um objetivo crítico para a qualidade da democracia e do contrato social que a suporta, especialmente num momento em que a ordem democrática e os valores fundamentais do estado de direito em que se apoia, estão a ser ameaçados em diferentes espaços, alguns bem próximos de nós.

Neste dia de sessões públicas, e em antecipação da Presidência do Conselho da União Europeia, que Portugal exercerá no primeiro semestre de 2021, abordamos questões emergentes da defesa europeia e a visão e posicionamento de Portugal nesse quadro. Após o dia de ontem, com uma sessão restrita a um conjunto de agentes da defesa, onde se abordaram os temas da participação das Forças Armadas em missões de resposta a crises complexas e os Recursos Humanos da Defesa, discutiremos hoje os temas referentes à presença global da União Europeia e o contributo que uma política europeia de defesa mais robusta pode dar para uma Europa mais geopolítica. Abordaremos também a importância do reforço da eficácia da sua ação militar, bem como as respostas a dar a novas ameaças decorrentes da inovação tecnológica ou das alterações climáticas e o importante tema da economia de defesa e o impulso que o desenvolvimento desta área pode dar à recuperação económica do nosso país e da Europa.

O momento que vivemos é de enormes desafios, mas também de inúmeras oportunidades que deveremos ser capazes de utilizar como multiplicadores de força, num país com limitados recursos, mas com potenciais inexplorados.

No quadro do reforço da competição estratégica entre as grandes potências e da erosão da comunidade de segurança transatlântica, a Europa tem sido desafiada a reforçar a sua componente de defesa e a assumir um novo protagonismo internacional, tendo vindo a desenvolver novos mecanismos para esse fim. O Fundo Europeu de Defesa ou o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz são exemplos desses instrumentos, e um esforço importante está em curso no sentido de aproximar as visões estratégicas diferenciadas dos Estados Membros, quanto às perceções de ameaças e domínios de atuação.

De que forma pode Portugal contribuir para essa definição e que opções deverá fazer neste novo quadro? Quais as dificuldades e obstáculos que existem à construção de uma Europa mais geopolítica? Como pode melhorar-se a eficácia da ação europeia no domínio da defesa sem pôr em causa o laço euro-atlântico? Quais as fórmulas para o reforço da dimensão cooperativa da segurança europeia? Estas e muitas outras questões estarão sob escrutínio dos nossos convidados e de todos os participantes nos debates que se seguirão.

Agradeço o empenho das equipas do MDN e do IDN na organização deste seminário e desejo a todos excelentes discussões.

Mensagem de Josep Borrell, Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-presidente da Comissão Europeia

(texto transcrito da intervenção do orador)

Senhoras e Senhores, ladies and gentlemen, dear Minister,

Let me first thank my friend João for giving me the opportunity to talk to you today, on the eve of the Portuguese Presidency of the European Union. Since I took office as High Representative, we have been witnessing an increase in the number of conflicts and tensions in our close neighbourhood and beyond. With more assertive behaviour of global competitors, like Russia or China, and the ongoing COVID-19 pandemic, the international security order we know is under growing strain.

These developments reaffirm the need to further strengthen the European Union strategic autonomy, a concept that is very much discussed today. Autonomy on security and defence and beyond. By enhancing our ability to act autonomously, we will not only be able to react effectively to urgent circumstances. We will also be able to provide a better and more effective support to our partners. It is better to be autonomous than dependent. We are naturally inclined to strive for effective action and tangible results. My fellow colleague Minister Gomes Cravinho can tell you that I use every single opportunity to remind the Defence Ministers that we need to deliver on our operational engagements and the various security and defence initiatives that we have launched. Not only the international security order around us is changing, but so is the very nature of the threats we face. In an age of hybrid threats and cyber warfare, our security depends on our capacity to bring in new ideas and to forge a better common understand of the security challenges and how to address them. That is the goal of the Strategic Compass, a new and important initiative that we are discussing now. Allow me to say that it is the first of its kind, produced at European Union level, with inputs from the civilian and military intelligence services of all Member States. On this basis, we now enter into a phase of strategic dialogue. We will structure this work along four areas, namely operational engagement, capabilities, resilience and partnerships. Within these areas, we will need to answer some difficult questions.

For example: First, we will have to take a closer look at the changing demands and requirements for our missions and operations. As a major contributor to CSDP missions and operations, and leading two of them, this is a matter that Portugal knows very well. Second, we should further improve our ability to identify, to prevent and to respond to these new cyber, hybrid and other types of threats. Third, we will continue revising and enhancing the effectiveness of our capability development process. Finally, we will seek ways to cooperate even closer with other international organisations, regional bodies and third countries.

Senhoras e Senhores, ladies and gentlemen, last week Defence Ministers discussed how to take forward the work on the Strategic Compass, in view of its adoption by early 2022. The coming months will be crucial to get things going, to set ambitious objectives, and to prepare for tomorrow's challenges. This is an ambitious endeavour, for which we rely on

the active engagement of the whole range of security and defence stakeholders, including academia, think tanks and civil society. I know that all these stakeholders are present here today and I count on the support of all of you and the Portuguese Presidency to take this important initiative forward. Let us work together to make the Strategic Compass an effective instrument for a stronger European security and defence. I would have liked a lot to be here with you, enjoying Portugal. I'm sorry that it's not possible due to the coronavirus, but we will have other opportunities to continue working on security and defence under the Portuguese Presidency, and on those occasions, I hope I will be able to share it with you personally.

Thank you.

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

É uma grande satisfação, após meses de incerteza sobre a realização deste Segundo Seminário de Defesa Nacional, chegarmos finalmente a este momento de encontro e de partilha com todas e todos os que fazem, acompanham, participam e se interessam por esta política pública de soberania que é a Defesa Nacional.

Este formato online não é o ideal. Todos lamentamos a falta do contacto humano direto, mas convenhamos que, nesta forma, sempre há o mérito de chegar a mais pessoas, de encurtar distâncias e de tornar o espaço público mais democrático e equitativo. Isso só nos pode animar, esperando que no futuro seja possível manter uma combinação feliz entre eventos presenciais e participação à distância e, assim, manter o interesse de muitos que, ao longo deste ano, têm participado ativamente nos eventos da Defesa Nacional.

O Seminário de Defesa Nacional realizou-se pela primeira vez em fevereiro de 2019, congregando os intervenientes na política de Defesa Nacional num formato restrito, pensado para proporcionar espaço de reflexão, essencialmente interno. Este ano, fruto das lições aprendidas, realizámos ontem o pré-evento, numa tarde de trabalhos restrita, e abrimos hoje a participação ao público em geral.

Este ano, o Seminário ganha particular relevância por acontecer nas vésperas de Portugal assumir a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, já em janeiro do próximo ano. Por isso mesmo, este dia público de trabalhos centra-se na política europeia de defesa – um tema da maior atualidade e que muita atenção nos exigirá ao longo dos próximos meses. O Alto Representante para a Política Externa da UE, Josep Borrell, tinha aceitado o nosso convite para estar connosco em março, a data original do seminário, mas evidentemente que a pandemia nos obrigou ao adiamento. Agora, com esta nova data, vivemos novamente a pandemia de forma intensa e, por isso, a opção acabou por recair sobre uma mensagem gravada.

Na sua mensagem, Josep Borrell sublinha alguns dos desafios maiores que a nossa presidência herdará. A minha resposta é que estamos prontos para esses desafios e contamos com uma relação estreita com as instituições europeias para podermos realizar as nossas ambições partilhadas.

Antes de entrar nas matérias substantivas, quero deixar um profundo agradecimento a todos os que no meu Gabinete, no Ministério da Defesa Nacional e no Instituto da Defesa Nacional tornaram este evento possível. Lutaram contra ventos e marés, e aqui estamos nós. Muito obrigado a todas e a todos pela perseverança em tornar estes dois dias possíveis, mesmo perante as adversidades e incertezas decorrentes do contexto de pandemia.

Quero deixar também um especial agradecimento a todos os oradores pela generosidade em pensar connosco os desafios destes avanços únicos que a defesa europeia verifica na atualidade. De forma muito particular quero destacar a colaboração dos meus colegas de governo, a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, e o Secretário de Estado da Economia, João Neves.

Ainda em jeito introdutório, gostaria de reiterar a importância que atribuímos ao escrutínio democrático e à comunicação pública, neste governo. Tem sido uma prioridade

da nossa governação reforçar a aproximação entre as Forças Armadas e a restante sociedade, e a iniciativa do Seminário de Defesa Nacional enquadra-se nesse esforço.

Comunicação e entendimento são também imprescindíveis para garantir que o necessário investimento é feito na defesa. O contexto em que nos inserimos é de mudança acelerada, quer ao nível das alianças em que assenta a nossa segurança coletiva, quer ao nível da natureza das ameaças com que Portugal e os nossos aliados se confrontam hoje. Este é, portanto, o momento de continuar a investir mais e melhor na defesa. Para isso, o mandato democrático dos nossos cidadãos é crucial.

Simultaneamente, quero referir a ideia de que é necessário continuar a investir na comunicação com os cidadãos sobre o que é a Europa da defesa, uma realidade ainda pouco compreendida.

Pretendo então partilhar convosco algumas breves reflexões sobre o momento atual, para depois me centrar nas prioridades que elegemos para a Presidência da UE em matéria de segurança e defesa.

1.

2020 tem sido a muitos títulos um ano atípico – bem o sabemos! Mas, se é atípico em relação aos anos que o precederam, poderá bem ser indicativo de realidades com que teremos de lidar com maior frequência. Longe de uma visão catastrofista – que, em aspetos como o clima ou a tecnologia disruptiva, bem se poderia justificar –, o que esta constatação sugere é que o nosso país e as instituições em que nos inserimos devem adotar uma atitude mais proativa, mais apta a lidar com a incerteza.

Estamos hoje a vivenciar uma convergência de um fenómeno poderoso, mas conjuntural, a pandemia, com mudanças tectónicas na geopolítica e geoeconomia mundiais. Esta é a era das alterações climáticas, das revoluções tecnológicas, cujos resultados ainda não conhecemos na sua plenitude, é a era da ascensão da China e do reposicionamento dos Estados Unidos e da própria Europa. É uma era de transição, é uma era em que sabemos apenas que as nossas certezas do passado valem pouco para as décadas que se seguem.

Nesta era, devemos estar preparados para aprofundar uma reflexão sobre as Forças Armadas do futuro, as suas missões, a sua organização e as suas competências. Sabemos bem que as transformações do meio ambiente ocorrem mais rapidamente do que as adaptações das instituições e, por isso, nas Forças Armadas há que refletir sobre como devem estar organizadas para que tenham a flexibilidade necessária para acorrer a novas necessidades.

Mais amplamente, na forma como organizamos a nossa sociedade, incluindo na nossa Lei fundamental, devemos também reconhecer que há arcaísmos que dificilmente se coadunam com aquilo que teremos pela frente, o que me leva a considerar que a classe política deve abrir uma reflexão sobre como melhor enquadrar as capacidades das Forças Armadas nas nossas posturas como sociedade.

Mas enquanto olhamos para o futuro, temos forçosamente de cuidar do presente.

Portugal viveu durante 2020 uma experiência única na gestão da pandemia. O serviço que as Forças Armadas prestaram e continuam a prestar ao país tem sido amplamente apreciado por todos e, no nosso entender, deve ser visto como um modelo de cooperação entre setores e agentes públicos, ao serviço do bem-estar do nosso povo e no reforço da resiliência nacional.

Seja para lidar com fogos que consomem largas porções da nossa floresta e ameaçam vidas, seja no apoio às consequências de secas mais extremas, seja em eventos naturais destrutivos nas orlas costeiras ou em pandemias, ataques ou incidentes cibernéticos, ou ainda na confluência de mais do que uma destas crises, o nosso país beneficiará de soluções compreensivas que mobilizem os diferentes recursos do Estado de forma integrada. Manter uma lógica segmentada, com divisões artificiais e pouco eficientes de responsabilidades, hoje em dia não permite responder à natureza complexa das crises e ameaças.

Em vários países europeus, a segurança e defesa nacionais são hoje asseguradas com base em sistemas que olham para o Estado e a sociedade como um todo. Na Suécia e na Noruega por exemplo, vigora o conceito de “defesa total” – *Total Defence*. São sistemas, na verdadeira aceção da palavra, porque integram níveis de decisão, combinam instrumentos e meios, e potenciam a prevenção, a monitorização e o planeamento com vista a reduzir os impactos das crises.

Cada país tem as suas tradições e as suas realidades, e não proponho que Portugal adote sem critério modelos que foram desenvolvidos para outros contextos. Mas parece-me hoje claro que Portugal precisa de um sistema de resiliência nacional, assente em trabalho cooperativo interministerial, com sistemas de partilha de informação e planeamento centralizado.

Portugal e os portugueses podem e devem contar com a sua Defesa Nacional para esse propósito e podem contar com as mais-valias que as Forças Armadas apresentam. Entre essas mais-valias, únicas no plano nacional, incluo:

- capacidade de reflexão estratégica,
- capacidade de planeamento,
- capacidade de comando e controlo,
- redes internacionais de apoio,
- meios humanos e materiais de grande dimensão
- e uma implantação à escala nacional e internacional.

Estes são recursos preciosos e é nossa obrigação pensar a sua utilização da forma mais inteligente e útil possível, potenciando a sua natureza de verdadeiro duplo uso.

Concomitante com esta necessidade de um sistema holístico que mobilize todas as estruturas do Estado e da sociedade no reforço da nossa resiliência, há um conjunto de oportunidades que se nos apresentam e que nos permitem reforçar o investimento na Defesa ao longo dos próximos anos.

Temos uma Lei de Programação Militar aprovada com amplo consenso parlamentar em 2019 e que prevê uma trajetória de crescimento anual do investimento público na defesa, traduzida em projetos que reforçam a nossa capacidade de atuação nos espaços de soberania e responsabilidade nacional e que privilegiam o duplo uso.

Este investimento nos meios da Defesa e na sua modernização serve para a nossa defesa, mas serve também para alavancar o desenvolvimento de uma verdadeira Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia. Por isso, iniciámos ambiciosas reformas ao nível da participação do Estado no setor da economia da defesa e estamos a desenvolver a nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa. Este compromisso com a modernização das nossas Forças Armadas e os investimentos na defesa assentam, portanto, numa política de estímulo público à economia nacional e aos setores tecnológicos e industriais competitivos da nossa economia.

Alinhado com este estímulo está o desenvolvimento da defesa europeia, que permite antever fortes impulsos à economia europeia bem como uma maior capacidade de assegurar respostas aos desafios que se colocam aos europeus e aos seus parceiros.

Perante a crise em que a pandemia global mergulhou grande parte do globo, o investimento na defesa europeia só poderá ser entendido pelos cidadãos europeus se for igualmente um forte dinamizador da nossa economia e se se traduzir em maior capacidade de garantir a segurança dos nossos cidadãos. Este aprofundamento da economia europeia de defesa, com uma melhor participação das indústrias (nomeadamente as PME's) na implementação da defesa europeia, será também uma prioridade da Presidência que inauguramos já em janeiro.

E chegam-nos agora, dos Estados Unidos, notícias que são francamente mais favoráveis a que este desenvolvimento da defesa europeia seja feito em estreita articulação com os nossos parceiros transatlânticos. Se é verdade que deveremos contar com uns Estados Unidos que permanecerão centrados na sua própria recuperação, teremos certamente um parceiro que saberá valorizar e potenciar os esforços que os Europeus têm em curso para contribuir mais ativamente para a segurança do espaço Euro-Atlântico. Também aqui, a presidência portuguesa procurará potenciar este novo contexto.

2.

Olhando agora para as oportunidades que temos no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, definimos diversas prioridades que nos parecem ser as mais importantes, atendendo ao contexto que vivemos.

Sendo a Defesa uma das áreas mais dinâmicas e com maior sentido evolutivo na política europeia, o Ministério da Defesa Nacional tem trabalhado estreitamente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e no âmbito do Trio de presidências, para que sejam concluídos importantes dossiers em curso.

Destacaria especialmente o desenvolvimento de uma Bússola Estratégica para a União Europeia e que deverá centrar-se em quatro áreas (1) gestão de crises, (2) resiliência, (3) desenvolvimento de capacidades e (4) parcerias. Este processo iniciou-se com a primeira avaliação conjunta das ameaças à UE e que deverá agora formar a base de um entendimento comum à escala da União, e assim contribuir para uma cultura de segurança e defesa verdadeiramente europeia. Com base no documento atual de avaliação das ameaças, Portugal assumirá a partir de janeiro a prioridade de desenvolver este processo que deverá estar concluído no início de 2022.

Dois outros dossiers têm merecido particular empenho de Portugal, em apoio à Presidência alemã e ao Serviço Europeu de Ação Externa: um, agora concluído, referente à importante questão da participação de Estados terceiros na Cooperação Estruturada Permanente em matéria de Defesa, a PESCO; e outro relativo à aprovação do regulamento do novo Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, ainda em 2020, que responderá a necessidades fundamentais na nossa cooperação em matéria de segurança e estabilidade com alguns países, nomeadamente em África.

Esperamos ainda que seja possível ultrapassar o atual impasse relativo à aprovação do orçamento europeu, para que o Fundo Europeu de Defesa possa entrar em vigor e para que possamos definir um quadro normativo que assegure uma participação equilibrada de todos os Estados europeus, bem como de pequenas e médias empresas, que formam a coluna vertebral das economias europeias.

Para além do necessário acompanhamento destas matérias, o próximo semestre contará com as seguintes prioridades de Portugal para a defesa europeia:

- a) O reforço da Parceria UE-África em matéria de Paz e Segurança, com missões e operações militares UE mais eficazes no terreno, em cooperação com as organizações multilaterais regionais, nomeadamente as organizações africanas e as Nações Unidas.

A instabilidade e violência em partes do continente africano representam um rude golpe na ambição de as sociedades africanas participarem nos desenvolvimentos globais do século XXI e uma fonte de insegurança e instabilidade para africanos e europeus. A parceria europeia com África deverá mobilizar todos os vastos e importantes recursos que a União Europeia tem ao seu dispor para contrariar a tendência de crescente instabilidade e violência, nomeadamente no Sahel, na África Subariana, na orla do Mediterrâneo e no Atlântico. A Defesa é uma parte essencial dessa parceria com África.

Durante a presidência portuguesa, olharemos para a eficácia das missões militares PCSD, procurando torná-las mais robustas e coordená-las melhor com missões civis da Política Comum de Segurança e Defesa, fortemente implantadas em África. Isto tem impacto real em África, já que 5 das 6 missões militares da UE se encontram neste continente e, das 11 missões civis da UE, também 5 são em África.

O reforço do diálogo entre a UE e as organizações regionais e sub-regionais de segurança em África é muito importante e faz particular sentido num contexto onde a competição geopolítica nesse continente avança, fazendo uso de vazios de poder. É nosso entendimento que só com parceiros regionais mais empenhados e capacitados, e em estreita parceria com os europeus, podemos assegurar que os nossos interesses comuns são salvaguardados. Para este efeito, pretendemos organizar em Lisboa, à margem da reunião informal de ministros da Defesa da UE, presidida pelo AR/VP, uma reunião com a União Africana e as organizações sub-regionais mais diretamente implicadas nos temas da segurança, como a CEDEAO, a SADC, a CEEAC e o IGAD.

- b) Segurança marítima – A segurança da Europa e dos nossos parceiros africanos está profundamente dependente de dinâmicas que ocorrem no mar, em particular no Atlântico. Portugal, pela sua natureza atlântica tem aqui um interesse particular e durante a presidência portuguesa da UE iremos procurar que o diálogo e as iniciativas em torno deste espaço se densifiquem. Iremos promover um encontro entre os ministros da defesa da UE e os ministros da defesa do G7 ++ Amigos do Golfo da Guiné; iremos apresentar oficialmente o Centro do Atlântico – uma iniciativa multinacional liderada por Portugal e que promove a segurança cooperativa e tem particular enfoque na segurança marítima – e iremos continuar a promover as Presenças Marítimas Coordenadas da UE, para garantir uma melhor coordenação da presença militar da União e de outros parceiros regionais, nomeadamente no Golfo da Guiné.
- c) Portugal assume o reforço das relações UE-NATO como uma prioridade nacional. Se por vezes estes desenvolvimentos têm sido vistos como uma tentativa de os Europeus se autonomizarem da NATO e dos Estados Unidos, hoje essa visão está claramente afastada. Um maior envolvimento dos 27 no debate sobre a autonomia estratégica da Europa tem resultado numa visão articulada com a NATO, traduzida na criação de capacidade europeia para ombrear com os parceiros norte-americanos na resposta às tensões e conflitos que afetam, quer o espaço da Aliança Atlântica, quer os espaços geográficos normalmente fora da área de atuação da NATO.

Uma nova administração nos Estados Unidos representa uma oportunidade real de aprofundar o diálogo, no que toca à capacidade de a Europa assumir as suas responsabilidades e reforçar o pilar europeu da NATO. Penso que esta noção corresponde ao sentimento de todos os Estados Membros, independentemente das interessantes polémicas que surgiram sobre a temática da autonomia estratégica nestas últimas semanas. Na presidência da UE, o reforço das relações com a NATO será uma prioridade clara e iremos trabalhar de forma entusiasmada com a Administração Biden na Casa Branca para dinamizar a relação transatlântica. Portugal é um país euro-atlântico, convicto da importância da solidez desse vínculo e também por isso está empenhado em aproximar a UE da NATO em matéria de segurança e defesa.

Há visões realmente distintas sobre o futuro da defesa europeia, mas as divergências têm a ver com os grandes propósitos de um futuro longínquo, não estão relacionadas com o caminho que devemos assumir nestes anos mais próximos. Isto permite-nos trabalhar no sentido do aprofundamento da identidade europeia de defesa, num quadro de convergência, evitando polémicas de natureza mais abstrata.

Queremos uma relação UE-NATO mais ambiciosa e com resultados tangíveis, centrada em matérias como a segurança marítima, as ameaças híbridas, a mobilidade militar e a defesa verde, mas também na resposta a emergências complexas, nomeadamente aproveitando as *task forces* criadas na UE e na NATO para acompanhar o contributo militar ao combate à pandemia.

- d) Em termos de economia de defesa, a prioridade será a promoção de uma Economia Europeia de Defesa forte, assente numa cooperação mais profunda em matéria de desenvolvimento de capacidades, para alcançar a liderança tecnológica e industrial na UE.

Tal como referi no início da minha intervenção, a promoção de uma economia de defesa à escala europeia, com reais impactos na economia dos Estados Membros e na supressão de lacunas ao nível de capacidades, manter-se-á uma prioridade. Estamos a preparar um evento de alto nível com a Agência Europeia de Defesa, no Porto, que tratará as questões relativas às tecnologias disruptivas, em particular, e organizaremos também um evento em Lisboa pensado para alavancar a Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, densificando laços à escala europeia. Uma prioridade absoluta para Portugal é que o futuro Fundo Europeu de Defesa garanta um estímulo adequado à participação de Pequenas e Médias Empresas, garantindo assim uma real difusão dos benefícios e oportunidades deste novo programa.

- e) Por fim, uma prioridade transversal centrada nos impactos das alterações climáticas e no reforço da resiliência. Ambas concorrem para o objetivo de assegurar maior capacidade de resposta a crises complexas, seja em território europeu ou junto dos nossos parceiros. A integração no programa nacional das questões relativas à defesa verde e à necessária atualização do planeamento estratégico de defesa face às pressões sociais que as alterações climáticas impõem permite apostar na resiliência e numa gestão de risco mais eficaz. Esse é também o objetivo de integrar a gestão de crises nas prioridades da PPUE, garantindo uma melhor coordenação entre estruturas militares e civis da UE, e assim assegurar respostas mais eficazes.

Minhas senhoras e meus senhores,

O momento atual é extremamente desafiante e exigente. Lidamos com mudanças profundas que os avanços tecnológicos impõem já às nossas sociedades, com as pressões decorrentes das alterações climáticas ou com as mudanças na geopolítica mundial, traduzidas numa crescente pressão sobre o elo transatlântico e a emergência pujante da China à escala global.

A forma como respondermos hoje aos desafios determinará a nossa capacidade de continuar a moldar os nossos destinos e salvaguardar os nossos interesses. Naturalmente que o instrumento da defesa é apenas uma parte da resposta, mas não é uma parte menor e é nossa obrigação aproveitar este momento da Defesa europeia para trilhar um caminho que salvide as nossas sociedades democráticas e livres, que reforce a confiança dos cidadãos nas instituições e que dê resposta às duas ambições fundamentais em que todos nos revemos: bem-estar social e económico, e sentido de pertença e identidade, apenas possíveis num ambiente seguro e pacífico.

Esperamos que este dia de debate e reflexão permita aproximar-nos destes desígnios à escala nacional e europeia.

Votos de excelentes reflexões e muito obrigado pela vossa participação.

I – A União Europeia como Um Ator na Geopolítica Global

Moderação: Nuno Severiano Teixeira, Diretor do Instituto Português de Relações Internacionais

(texto transcrito da intervenção do orador)

Sr. Ministro da Defesa Nacional, Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Sra. Diretora do Instituto da Defesa Nacional, caros amigos. Eu tenho, em primeiro lugar, que agradecer este convite que muito me honra e farei a tarefa que me foi confiada, procurando responder àquilo que me foi solicitado.

A Sra. Secretária de Estado falará sobre a União Europeia como ator na Geopolítica mundial e aquilo que me pediram que fizesse foi uma pequena introdução sobre a matéria. Eu não falei, portanto, sobre a União Europeia e limitar-me-ei a fazer algumas considerações mais genéricas sobre o contexto das dinâmicas internacionais em que a União Europeia, como ator internacional, terá que desenvolver.

Eu lembro-me que no início do seu mandato, a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, disse que a sua Comissão seria uma Comissão “geopolítica”, e também me lembro bem do Alto Representante para a Política Externa e de Segurança dizer e repetir várias vezes, que nós precisamos de uma Europa geopolítica. Ora, desde o início da construção europeia que a Europa é um projeto político e condicionado pela geopolítica mundial. O que é que muda aqui? Parece-me que o que os dirigentes políticos atuais querem dizer é que a Europa não pode ser apenas um objeto da geopolítica, tem que ser ou deve ser um sujeito geopolítico, ou seja, um ator internacional. Bem, sendo esse o objetivo da intervenção principal da Sra. Secretária de Estado, eu vou procurar ver quais são as dinâmicas internacionais da geopolítica global, às quais a Europa vai ter que responder num mundo que, do meu ponto de vista, será um mundo diferente, um mundo pós-pandémico.

A pandemia tem dominado todas as preocupações e, tal como as guerras e como as grandes crises económicas, foi um choque, um choque estratégico que transformou a vida quotidiana das sociedades, que afetou as economias, a política e o próprio sistema internacional. É esse o ponto: tem um impacto sobre o próprio sistema internacional. O caso das guerras é o caso mais evidente, como é óbvio, mas as crises económicas e as pandemias não deixam de ser disruptivas do ponto de vista das sociedades. E nós temos exemplos históricos desde a Antiguidade até aos nossos dias, do papel disruptivo das pandemias e do seu impacto internacional. Esta, obviamente, que nós estamos a viver, já transformou o choque sanitário num enorme choque económico, com réplicas do ponto de vista político e com inflexões, ou pelo menos, com mudanças no sistema internacional. O que é curioso é que se nós olharmos para o sistema internacional, a pandemia não está a funcionar como rutura, não está a funcionar como alteração de direção das grandes linhas, mas, pelo contrário, parece estar a funcionar como um acelerador de tendências que já vinham de trás, mas que a pandemia potenciou e, portanto, antecipou aquilo que poderia eventualmente ser um futuro mais tardio.

Eu diria que há três áreas, ou três dinâmicas essenciais que a pandemia acelerou, e eu faria dois ou três breves comentários sobre cada uma.

A primeira é sobre a globalização, sobre a resistência à globalização, ou aquilo que alguns chamam, a desglobalização. Em segundo lugar, a outra dinâmica é o regresso do Estado. O repensar do papel do Estado na economia e na regulação da globalização, do ponto de vista internacional. E, finalmente, as dinâmicas ou as dependências de um mundo pós-pandémico. Dois ou três comentários sobre cada um destes pontos. Em relação à globalização, a resistência à globalização já vinha de antes da pandemia, eu diria que ela remonta à crise financeira de 2008, mas torna-se muito evidente com a resistência política dos nacionalismos e das políticas protecionistas pós-Brexit e pós eleição da administração Trump. O que a pandemia vai fazer ou está a fazer em certo sentido, é acelerar esta tendência de resistência à globalização, agora numa outra dinâmica. Ou seja, ela obrigará a um reequilíbrio entre a hiperglobalização e a autonomia dos Estados e das organizações regionais, em particular naquilo que nos toca a nós, a União Europeia. O que aconteceu é simples: a globalização procurou estender cada vez mais as cadeias de valor para reduzir ao máximo os custos de produção. Os baixos custos de produção, associados aos baixos custos dos transportes, faziam com que houvesse uma enorme rapidez, uma enorme fluidez, na circulação das mercadorias e isso fez com que os Estados, particularmente no Ocidente, deixassem de fazer *stocks*, ou dizendo de outra maneira, fazer reserva estratégica.

Ora, obviamente, o que a pandemia veio mostrar foi que os grandes beneficiários deste movimento foram precisamente os países que têm custos de mão de obra muito baixos, em particular a China. Segundo, e isso é o mais importante, uma tomada de consciência de que o Ocidente, os Estados Unidos, a União Europeia, estavam completamente dependentes para as coisas mais básicas dessa extensa cadeia de valor. E, portanto, o movimento que começa a desenhar-se, e que se acelerará nos próximos anos, nas próximas décadas, é que os Estados vão procurar minimizar a sua dependência, vão procurar maior controlo nacional ou regional sobre esses processos através de vários mecanismos.

Primeiro diversificar as suas fontes de financiamento e segundo, sobretudo encurtar as cadeias de valor, regionalizar essas cadeias de valor e dar prioridade à reindustrialização. A reindustrialização é um desafio central para a Europa, com as novas tecnologias, a digitalização, a descarbonização, e isso é fundamental para a autonomia estratégica da Europa no plano económico e no plano tecnológico. Esta é uma dimensão internacional com que a União Europeia se confronta e à qual obviamente está já a responder, mas essa tendência vai no sentido do seu reforço, da sua afirmação. Nas últimas décadas, a globalização, como vimos, gerou este movimento de interdependência global, mas essa interdependência global não foi acompanhada de um sistema político de gestão dessa interdependência. Dito de uma maneira mais simples, não foi acompanhado de um modelo de regulação. E eu julgo que isso é o que vai ter que acontecer, já está a acontecer, mas vai ter que reforçar-se, impor, conseguir modelos de regulação, modelos de gestão política para a globalização, e isso implica o regresso do Estado.

E esta é uma segunda tendência com a qual nos vamos confrontar. O regresso e o repensar do papel do Estado. Desde a década de 80, dos tempos de Margaret Thatcher,

em Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, que o processo foi de progressão da tendência neoliberal, um processo de privatização da economia, de desregulação económica e financeira, e esse processo que começa num plano nacional, acaba por ser levado ao extremo pela globalização. Apagaram-se as soberanias nacionais, estenderam-se as redes transnacionais, isso foi visto como uma derrota do Estado e uma vitória do mercado. Ora, o que a pandemia nos veio mostrar é precisamente o contrário, ou seja, a importância do papel do Estado. A importância do papel do Estado na saúde pública, no controlo do território, na recuperação das economias, na proteção social das pessoas e, bem entendido, na cooperação internacional. Não é possível cooperação internacional sem o Estado. Portanto, eu diria que esta é uma segunda tendência. A pandemia mostrou claramente que o Estado tem, ou vai ter, ou está a ter já um papel muito, muito importante nestas várias áreas: saúde, recuperação económica, proteção social. Isto não significa o fim do mercado, obviamente. Isto não significa o fim das redes transnacionais, as grandes multinacionais, os GAFAM vão continuar a funcionar, mas significa que haverá seguramente um certo reequilíbrio entre o Estado e o mercado, haverá um repensar do papel estratégico do Estado na regulação do mercado e na regulação da própria globalização.

E com isto eu chego à última tendência que me parece que está em marcha e que tem a ver diretamente com as dinâmicas internacionais às quais a União Europeia vai ter que responder e nas quais se vai inserir.

A pandemia mostrou também, em certo sentido, ou acelerou também um pouco a transição em matéria internacional, numa tripla dinâmica. Eu diria, em primeiro lugar, na transição de um mundo unipolar para um mundo multipolar, que estava em marcha, mas que se acelerou. Mostrou também as fragilidades da crise da ordem internacional liberal, que também vinha de trás com a emergência de potências regionais portadoras de uma ordem internacional pós-democrática, e não só potências regionais. Mas durante a administração Trump, uma potência central como os Estados Unidos, legitimando esse tipo de ataque, vamos dizer, à ordem internacional liberal. E, finalmente, aquela que tem sido a concretização prática destas tendências que é a rivalidade entre os Estados Unidos e a China.

Dois palavras apenas sobre isto. Por um lado, desde a subida ao poder do Presidente Xi Jinping, há uma mudança central na China. Uma afirmação, um aumento, um reforço do autoritarismo no plano interno e uma maior assertividade, uma maior afirmação no plano da política externa. A definição do objetivo da hegemonia global em 2049 é uma dinâmica em marcha que parece imparável. Por outro lado, desde 2016, as mudanças trazidas pela subida ao poder da administração Trump, com a sua perspetiva nacionalista de nativismo protecionista, de abandono da hegemonia internacional, como era objetivo dos Estados Unidos desde a 2.ª Guerra Mundial, e o próprio ataque e crítica aos princípios centrais da ordem liberal que os Estados Unidos tinham construído (o livre comércio, as alianças militares permanentes, o multilateralismo e, finalmente, a ideia refletida na estratégia nacional norte americana desde 2017, da China como o grande inimigo). Portanto, estas duas estratégias confrontam-se e a partir deste momento a rivalidade cresce e num movimento potencial. Primeiro, uma guerra comercial entre tarifas, depois uma guerra digital a propósito da nova geração do 5G, depois o confronto

entre áreas de influência, com extensão da ideia da *One Belt One Road*, ou seja, o grande plano de investimento chinês, mas que obviamente traz consigo uma extensão da área de influência, a dita nova rota da seda, e finalmente a pandemia.

E a pandemia, o que faz é acelerar extraordinariamente esta tendência de rivalidade entre as duas potências. Mesmo durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética puseram-se de acordo para o combate à poliomielite, e depois da Guerra Fria houve sempre um grande consenso internacional nas Nações Unidas e na Organização Mundial de Saúde, nos planos de luta mundial contra a SIDA, na erradicação do Ébola. Nunca, numa pandemia, se tinha visto uma rivalidade desta natureza.

E, portanto, uma espécie de *blame game* sobre a origem da pandemia, o nacionalismo das vacinas, este tipo de comportamento nunca se tinha visto e leva, do meu ponto de vista, a uma subida de patamar, ou seja, a uma alteração qualitativa da rivalidade. Porque a rivalidade até à pandemia era uma rivalidade económica e tecnológica e, depois da pandemia, a rivalidade é uma rivalidade política e de hegemonia internacional. São dois sistemas políticos em confronto e duas hegemónias internacionais diferentes. E é um pouco neste mundo, digamos assim, que a Europa tem que se afirmar como ator internacional. É neste mundo que, enfim, esperemos que a breve trecho seja pós-pandémico, que a União Europeia enfrenta hoje um conjunto muito complexo de desafios e de oportunidades simultâneas. Ameaça, em primeiro lugar, do iliberalismo e do autoritarismo do regime do Presidente Putin. O desafio da cooperação / competição com a China de Xi Jinping. E, em terceiro lugar, a grande oportunidade que se oferece e que se abre com a eleição de Biden como Presidente dos Estados Unidos, que é uma enorme oportunidade, como o Professor João Cravinho já disse, para repensar e relançar a relação transatlântica e a ordem internacional liberal. Mas para tudo isto, obviamente, a União Europeia precisa desse conceito tão debatido ultimamente e que há pouco, o Professor João Cravinho referiu, que é o da autonomia estratégica. Alguns chamam mesmo soberania, soberania europeia. Mas eu, traçando estas linhas gerais, dou a palavra à Sra. Secretária de Estado para ela fazer o seu *keynote speech* a propósito da União Europeia como ator internacional.

Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

(texto transcrito da intervenção da oradora)

É um prazer estar aqui convosco esta manhã. Agradeço sobretudo o convite do Sr. Ministro da Defesa Nacional, o Professor João Gomes Cravinho, para participar neste Seminário da Defesa Nacional. Quem deveria estar aqui neste momento era o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não pôde fazê-lo, e pediu-me para o fazer e para falarmos sobre a União Europeia como um ator Geopolítico. Depois da sua intervenção, Professor Nuno Severiano Teixeira, eu vou ter que mudar tudo o que eu tinha aqui, porque a sua intervenção é muito desafiante e, portanto, muito mais do que ler um discurso eu acho que lançou aqui uns reptos que são realmente muito importantes, especialmente na véspera desta nossa Presidência da União Europeia, nos próximos seis meses.

O que é que se pode fazer em seis meses? Em seis meses pode-se fazer muito pouco. No fundo, o que nós fazemos é uma espécie de maratona em que pegamos no

facho alemão e o levamos até à Presidência Eslovena, tentando pelo caminho deixar a nossa marca e fazer um percurso o melhor possível e o melhor que conseguirmos. Atendendo a que esta nossa quarta Presidência se desenvolve num contexto que é ele próprio diferente, em que a União Europeia está assente no Tratado de Lisboa e em que temos um Presidente do Conselho Europeu com muito interesse em matérias de política externa, temos um Alto Representante que acabámos de ouvir, um Serviço Europeu de Ação Externa, para além da agenda dos líderes que temos em cima da mesa e aprovada pelos mesmose que são, digamos, os focos condutores da política externa europeia.

A Presidência semestral terá pouca flexibilidade, pouca capacidade de fazer uma intervenção efetiva neste momento, podendo no fundo pôr o foco em alguns dos elementos que nós gostaríamos de ver impulsionados. Isto é um fator extremamente interessante porque nós temos que, do meu ponto de vista, articular de forma muito clara aquilo que nós chamamos a agenda interna da União e a agenda externa da União. E aqui entram as nossas grandes prioridades que foram definidas para estes próximos seis meses.

Eu recordo que a primeira de todas as prioridades é a recuperação económica. A recuperação económica que tem esta visão de que temos que ter resultados imediatos, temos que poder aprovar muito rapidamente o quadro financeiro plurianual da União Europeia para 2021/2027, precisamos de ter o *NextGenerationEU*, o programa de recuperação e resiliência para a Europa, aprovado muito rapidamente, porque sem termos os instrumentos financeiros ficamos debilitados. Ficamos, uma União que tem uma visão de futuro, uma União que tem um plano de ação, mas uma União que não tem os instrumentos financeiros para os cumprir. E isto é muito difícil, muito complexo e tem, sim, uma vertente externa também, mas lá iremos.

Portanto, eu diria que, temos aqui esta primeira grande prioridade que é a recuperação económica, mas temos que fazê-la com um sentido de visão de futuro. Olhar como é que esta recuperação nos vai ajudar na resiliência, encontrando a nossa capacidade de resistir a crises futuras de uma forma mais ativa, de uma forma mais forte do que aquela em que nos encontramos hoje. Essa necessidade de resiliência tem que estar, do nosso ponto de vista, balizada ou assente em três grandes pilares que serão, no fundo, as outras grandes prioridades em que assenta a Presidência Portuguesa da União Europeia.

A sustentabilidade – temos que ter aqui uma Europa e a construção de uma Europa verde, e só essa construção de uma Europa verde nos ajudará a encontrar essa resiliência no futuro e ter uma visão de futuro da União Europeia para sair desta situação da crise em que nos encontramos. Temos que ter a inovação necessária e temos que ter aqui a Europa digital a funcionar para podermos sair da crise e ser mais resilientes.

Temos que ter o terceiro pilar que é o pilar da agenda social europeia, a agenda do bem-estar europeu. Portanto, sustentabilidade, inovação e bem-estar, serão três aspetos fundamentais da nossa Presidência e da ideia que a União Europeia está a construir para si própria agora, e para a qual necessita de ter resultados imediatos. Uma visão de futuro, de uma Europa resiliente, de um futuro assente no pacto verde e toda a legislação que estamos a construir para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, e a permitir

novas formas de energia, novas formas de interconexões, novas formas de transporte sustentável, uma economia azul, uma forma de garantir a sustentabilidade do mundo rural, e, portanto, ter aqui uma visão de uma Europa verde para o futuro. E esta visão da Europa verde para o futuro, tem que estar alinhada com a nossa visão internacional e com a nossa política externa.

Temos depois esta visão de uma Europa inovadora, uma Europa digital, uma Europa que estabelece *targets* para 2030, que mostra claramente esta necessidade de trabalharmos sobre os dados, que estamos atrasados em relação a outras potências tecnológicas, nomeadamente, em relação aos Estados Unidos. Temos que trabalhar para desenvolver a nossa economia de dados, o nosso mercado de serviços digitais, a inteligência artificial. Temos que trabalhar para melhor e mais interconectividade, temos que trabalhar sobre o 5G, temos que trabalhar sobre os cabos submarinos que nos ligam a outros continentes. Temos que encontrar formas de melhorar a digitalização dos serviços públicos, da educação. E a pandemia só veio mostrar que isto é cada vez mais necessário. E estamos a fazê-lo também, em termos da necessidade de melhorar a educação digital dos nossos cidadãos, e ao mesmo tempo garantindo uma visão humanista da digitalização, humanista da tecnologia, com a ideia de promover os direitos dos cidadãos no mundo digital. E esta é também um tema fundamental que tem que ter uma componente externa.

E, finalmente, o bem-estar dos cidadãos. O bem-estar dos cidadãos que nos leva a ter aqui uma agenda social importantíssima. Portugal quer impulsionar esta agenda com a realização desta Cimeira Social que vamos ter no Porto, em 7 e 8 de maio, e a ideia aqui, é ganhar a confiança dos cidadãos através da nossa capacidade de gerir estas duas transições que nos levam para o futuro, a transição digital e a transição verde. Assegurar que, do ponto de vista do trabalho e do futuro do trabalho, nós conseguimos encontrar as soluções que permitam que não haja desemprego massivo. Pelo contrário, que haja a geração de emprego, quer a nível de empregos verdes, quer a nível da nossa agenda digital. Que nos permitam ter o conforto de uma base da nossa economia social de mercado, que nos permita ter serviços de segurança social a funcionar, diminuição das desigualdades, serviços de saúde a funcionar, e termos aqui uma resposta de política pública à questão da saúde e à questão da pandemia.

Estes três elementos colocam a questão de saber como é que isto se reverte a favor da nossa agenda estratégica? O que é que é isto de ser Geoestratégico? Do meu ponto de vista, e este é o meu ponto de partida, ser Geoestratégico para a União Europeia, significa compreender e reforçar os laços entre as decisões internas e a nossa ação externa. E isto leva-nos onde? A duas coisas: multilateralismo e parcerias. Multilateralismo, porque é a única forma que a União tem de responder a este apelo que é feito para um mundo baseado em regras, uma regularização das relações internacionais e isto tem que ser feito em todas estas linhas. Ou seja, nós temos que trabalhar para termos em conta toda a diplomacia climática, temos que trabalhar para ter o digital, temos que trabalhar para ter uma maior ação a nível internacional que nos leve a desde a questão dos direitos humanos até às questões relativas à saúde. E, portanto, este apoio ao multilateralismo, o reforço, a revisão do multilateralismo é um aspeto central e fundamental para a União Europeia

manifestar-se como esse sujeito Geoestratégico no mundo, porque a União Europeia é ela própria, e está assente, nessa forma multilateral de fazer política.

E, portanto, o que é que nós dizemos que a Presidência Portuguesa vai fazer? A Presidência Portuguesa vai apoiar o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e para a Política de Segurança, com vista a uma ação externa forte e coerente, que dê à União Europeia capacidade de atuar de forma rápida e eficiente em consonância com a defesa dos seus interesses, na projeção dos seus valores, nomeadamente, através desse multilateralismo eficaz numa ordem internacional assente em regras. Fazemo-lo em relação às Nações Unidas, fazemo-lo em relação a outras organizações multilaterais, dando prioridade à defesa e à promoção dos direitos humanos, dando prioridade a organizações como a Organização Mundial de Saúde, que é fundamental neste contexto e que tem que assumir aqui também um papel que tem que ser reforçado.

Trabalhando no âmbito do pacto ecológico europeu, defenderemos uma maior ambição global na luta contra as alterações climáticas, na promoção da descarbonização das economias, nos esforços para travar a perda de biodiversidade, para encontrarmos as metas seguras para Glasgow, para a COP, para a COP da UNEFCCC, para a conferência da biodiversidade. E depois temos que promover a conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, o direito do mar, temos que promover a estratégia global de cooperação digital. Realçar o papel da UE como ator global e de referência ética e de confiança a nível mundial. A Presidência organizará com a Comissão Europeia, no Porto, os *Digital Days* e, em Lisboa, a Assembleia Digital, que promoverá a Declaração de Lisboa sobre Democracia Digital com Propósito e a Carta dos Direitos Digitais.

E a terceira vertente, que eu diria que temos que encontrar aqui, é aquela que falava também o Nuno Severiano Teixeira, que é a vertente do comércio. Portanto, também aqui, na área multilateral, a ideia de que a OMC tem que ser reformada, a OMC que constituirá também o centro das nossas preocupações durante a Presidência Portuguesa e que exigirá muito trabalho do nosso lado, apoiando este sistema de comércio multilateral assente em regras que é tão relevante. E aqui, vamos ter e vamos assistir à revisão da política comercial da União Europeia.

Como diz o Professor Nuno Severiano Teixeira, e muito bem, aqui entram em linha de conta esta visão da autonomia estratégica europeia, que se aplica hoje, não só aos conceitos de defesa, mas também à área económica. E a recuperação das cadeias de valor deve ser vista numa perspetiva de política económica, numa tripla vertente de política industrial, de política de concorrência, de política comercial. E deve contribuir para a coesão da União Europeia, mitigando as assimetrias nacionais dentro da própria União e, simultaneamente, reforçar a sua posição e a posição dos produtores europeus a nível mundial.

Portanto, a ideia é aqui trabalhar nesta criação de ecossistemas industriais e, ao mesmo tempo, fazer a revisão da política industrial, da política de concorrência, da política comercial, de modo a favorecer aqui os interesses da União. Não vou abordar o quarto bloco, porque temos clima, temos digital, temos comércio, temos segurança e defesa, e a segurança e defesa o Sr. Ministro elaborou longamente sobre essa matéria, mas

é, digamos, o quarto, o quarto grande bloco. E, finalmente, junto a esta necessidade de intervenção ao nível multilateral temos que gerir as nossas parcerias, e as nossas parcerias têm que ser feitas com todos, com os nossos amigos, com os nossos concorrentes, com os nossos competidores, e temos que ter em conta os interesses de uns e de outros. E aqui temos a nossa relação com a América Latina, que não é fácil. Temos aqui a questão, muito importante, de ver se conseguimos impulsionar o acordo Mercosul com a América Latina. Temos toda a questão do Continente Asiático com o posicionamento da China, mas também a nossa ideia de haver aqui um equilíbrio, reforçando a relação com a Índia, a maior democracia do mundo, e com a qual nós temos de ter também, para além da China, um acordo de proteção de investimento. Estamos a desenvolver esse trabalho que será fundamental para melhorar este nosso relacionamento com a Índia. E com a Índia temos uma agenda digital e também uma agenda climática. Depois temos todo o Continente Africano, com a ideia de que temos que encontrar aqui uma verdadeira parceria com o Continente Africano, trabalhando em parcerias de comércio, em parcerias de investimento, numa ideia de que temos que trabalhar para benefício mútuo na relação com África.

Finalmente, temos também a nossa grande questão de olhar para os vizinhos, e os vizinhos constituem este núcleo central, ou digamos, o primeiro círculo de ação da União Europeia. Aqui temos muitos problemas e temos de trabalhar com os nossos vizinhos de forma muito intensa. Seja a vizinhança sul, com o estabelecimento de uma nova parceria com os nossos vizinhos a sul, que de alguma maneira espelhe o que temos na parceria oriental. Parceria oriental onde temos muitos problemas, temos a questão da Bielorrússia, temos o conflito em Nagorno-Karabakh, etc. Também não vai ser fácil digerir essa parceria com os nossos vizinhos. E, finalmente, o grande vizinho, os dois grandes vizinhos que são também eles próprios bastante complexos e problemáticos neste momento, seja a Turquia, seja a Rússia. São vizinhos que têm uma influência e que têm eles próprios uma agenda geoestratégica muito grande e muito intensa, e em relação aos quais a União Europeia tem que posicionar-se de forma muito clara.

Termino dizendo o seguinte, se é verdade que ser geoestratégico significa alinhar a agenda interna com a agenda externa, isto também é muito problemático e pode-nos trazer problemas. O Professor Nuno Severiano Teixeira falava das ameaças do iliberalismo e de uma visão autoritária. Se isso chega à própria União Europeia e aos Estados Membros que a compõem, teremos problemas muito graves nessa visão interna/externa.

Temos problemas de competição com outros, sim, mas temos também aqui, como disse e bem, este fator que nos vai ajudar, esperamos nós, quer na vertente multilateral, quer na vertente das parcerias, que é uma nova relação transatlântica, ou uma relação transatlântica revista. Ou seja, achamos que com a atual administração americana poderemos trabalhar melhor em conjunto, sobretudo nesta agenda multilateral que é fundamental para a União; nesta ideia que nos pode ajudar a encontrar a dimensão de um mundo pós-crise que, com todos estes condicionalismos que vimos, com todas estas situações tão complexas, necessita encontrar um caminho que reforce a confiança dos cidadãos nas instituições políticas, que permita que os cidadãos sintam que há uma

visão do conjunto comum, porque a globalização não parou. A globalização é agora vista, também, como a forma de responder a uma pandemia que nos afeta a todos. A pandemia trouxe muitos problemas, mas também veio trazer esta visão de que somos todos humanos neste mundo que está a sofrer de forma conjunta.

E, portanto, a ideia de reforço do multilateralismo é aqui também muito importante para assegurar esta ideia de bem-estar, como dizia o Sr. Ministro como terminou a sua intervenção, de bem-estar social e económico, do reforço da confiança dos cidadãos nas instituições locais, regionais, nacionais, europeias e mundiais. Muito obrigada.

II – Futuro da Defesa Europeia: Desafios de Uma Dimensão Militar Reforçada

Moderação: Ana Miguel Santos, Coordenadora do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Defesa Nacional

(texto transcrito da intervenção da oradora)

Muito bom dia a todos. Antes de mais permitam-me agradecer o tão ilustre convite para moderar mais ilustre painel de oradores a quem eu, desde já, endereço um abraço forte por estarmos aqui hoje a falar um pouco sobre o Futuro da defesa europeia – desafios de uma dimensão militar reforçada. Antes de passar a palavra, foi-me lançado o desafio de tecer aqui alguns comentários, no fundo, para enquadrar o tema e lançar o debate.

Espero ser breve, porque julgo que os oradores que me sucederão estão bem mais autorizados a falar sobre este tema. Porque tenho o prazer de conhecer pessoalmente a Professora Ana Paula Brandão, julgo que dispensa apresentações. É provavelmente das professoras e das investigadoras em Portugal que mais tem tratado estes temas, na área dos estudos de segurança e, portanto, apenas quero referir que é Professora Auxiliar em Relações Internacionais na Universidade do Minho, doutorada em Ciência Política. Depois, o Major-General Hermínio Maio, que não tenho o prazer de conhecer pessoalmente, mas já ouvi falar amiúde e que tem honrado, e muito, o nome de Portugal além fronteiras, em particular nas missões que tem desempenhado, não apenas agora como Diretor-adjunto da Capacidade Militar de Planeamento e Condução da União Europeia, mas também nas suas anteriores funções no Centro de Comando e Controlo de Operações, ou melhor na missão europeia de treino militar da República Centro Africana.

Por fim, também, o Dr. Paulo Lourenço, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, que também tive o prazer de conhecer já pessoalmente, porque tem desempenhado funções nesta matéria na Defesa Nacional, e que também cumprimento e com quem já me cruzei. Diplomata de carreira, mestre em Direito, tem desempenhado funções em diversas estruturas e embaixadas pelo mundo e, desde já, endereço aqui os meus cumprimentos a todos.

E, para não perder muito mais tempo, vou deixar aqui algumas ideias, algumas observações, porque estou aqui na qualidade de coordenadora do grupo parlamentar do PSD nesta matéria e, portanto, vou deixar aqui alguns pressupostos e algumas premissas e algumas ideias que certamente irão ser desenvolvidas pelos oradores.

Eu diria que, para este painel, o Futuro da defesa europeia – desafios de uma dimensão militar reforçada, que tem sido amiúde discutido e muito estudado e muito falado, existem teorias que vão no sentido de um reforço crescente desta dimensão militar europeia. Mas também há pessoas mais céticas relativamente a esta ideia relativa à autonomia estratégica para a Europa. Que tipo de autonomia é que pretendemos? Qual o grau de compromisso? E qual o caminho que pretendemos trilhar? É evidente que se nós falássemos sobre este tema há nove meses atrás, poderíamos tecer diversos comentários sobre o tipo de riscos ou o crescente papel da UE como produtor de segurança que tem sido falado, sobretudo, desde o Tratado de Lisboa. Mas também falaríamos sobre o

conceito atual de Defesa Nacional que prevê um âmbito abrangente de ameaça, ou seja, cada vez mais vemos as Forças Armadas a receberem chamadas para missões de proteção civil. Também falaríamos sobre os novos riscos que são invisíveis, são imprevisíveis, como os riscos digitais, as novas ameaças não bélicas, não militares. E, portanto, na necessidade de construirmos ou de termos umas Forças Armadas do século XXI, como tenho falado, por diversas vezes, na minha intervenção parlamentar, Umas Forças Armadas que devem estar verdadeiramente ao serviço dos cidadãos, porque esta, diria eu, é a sua principal missão, porque pressupõe evidentemente a promoção da paz e da segurança das pessoas e dos seus bens.

Porque, sobretudo em países ocidentais, as Forças Armadas não servem para fazer a guerra. Servem para fazer a paz e defender as populações. Portanto, como eu dizia há pouco, há uns meses atrás poderíamos tecer aqui comentários sobre uma ideia, que eu recuperei porque fui rever a minha primeira intervenção como deputada coordenadora da defesa e da segurança, ainda em novembro de 2019, da necessidade das Forças Armadas como agente de proteção civil preferencial para um certo conjunto de ameaças que se enquadram nestes cenários complexos.

Entretanto fomos surpreendidos, fomos abalroados, diria eu, por esta crise pandémica que de alguma maneira nos vai marcar. Eu diria que há um momento muito interessante, que é o 11 de setembro, [de 2001], e que acaba por ser um fator determinante na forma como vivenciamos a segurança, acaba por se tornar um marco muito relevante para a segurança e para a forma como percebemos e decidimos sobre matérias de segurança, mas efetivamente a pandemia tem criado uma alteração de paradigma. Eu julgo que, e já escrevi isto no início desta pandemia, nada será como antes e, portanto, também as Forças Armadas foram chamadas a intervir. Nós temos lutado muito por isso desde o início desta pandemia. Temos afirmado que, em matéria de política, este é um evento efetivamente marcante, porque quando repensamos nesta dimensão militar reforçada não podemos deixar de ponderar esta realidade.

Depois, por outro lado, também queria deixar aqui uma nota importante, porque esta dimensão militar reforçada, se há uns meses tinha uma ideia muito firmada por aquilo que eram os ventos que vinham dos Estados Unidos. Neste momento é importante perceber um bocadinho aquilo que vai ser o impacto das eleições americanas e desta transição que se espera salutar e calma, tranquila, dentro daquilo que é a tranquilidade possível neste momento, e o impacto desta eleição para as relações Estados Unidos, União Europeia e NATO, naturalmente.

Portanto, dito isto, gostaria também de deixar aqui outra ideia relevante. Passando um pouco mais para estes dois momentos que acabaram por ser muito relevantes para este debate, eu diria que há outra ideia que deve ficar aqui muito assente para nós, a ideia de reservas estratégicas. Ou seja, a ideia de solidariedade e de resposta global, que de alguma maneira consubstancia e fundamenta esta noção de dimensão militar reforçada que tem estado em construção e em consolidação, numa ideia de fundação desta resposta global, não deve de maneira nenhuma, e julgo que esta tem sido também uma ideia que temos reforçado, não deve comprometer uma ideia de reserva estratégica. Ou seja, a reflexão

sobre o nível de dependência que temos e que a crise pandémica nos trouxe, e que esta resposta global não pode comprometer uma resposta nacional, porque numa ideia de fecho de fronteiras é evidente que a resposta global a uma ameaça global faz todo o sentido – ninguém questiona isso – mas também temos que assegurar as nossas reservas estratégicas e a nossa resposta. Numa situação de fecho de fronteiras, numa situação de *lockdown* nós não podemos estar apenas dependentes dessa resposta global. Portanto, a necessidade de cooperação europeia coletiva não pode corresponder necessariamente a uma ausência de resposta nacional. E, portanto, dito isto, as Forças Armadas efetivamente acabam por se apresentar como um agente de proteção civil preferencial para este novo tipo de ameaças devido à sua multiplicidade de valências, de resposta. Conseguem responder de uma forma global, integrada, com uma visão nacional do território e, portanto, isto também nos leva a uma outra questão, que não tem que ver diretamente com o nosso painel, mas que indiretamente acaba por influenciar porque nós pensamos na dimensão militar reforçada, não podemos dissociar daquilo que também é o papel das Forças Armadas ou das Forças Armadas que esperamos neste novo cenário pandémico. E, portanto, temos que repensar também o modelo de proteção civil e perceber que as Forças Armadas aqui vão ter um papel cada vez mais importante, sobretudo pela sua linha de comando bem definida, vertical e com uma abrangência nacional. Depois, quase para terminar, a ideia de reindustrialização, que vai ser fundamental e associa-se na perfeição com esta ideia de desafios de uma dimensão militar reforçada.

Eu não tenho muito tempo para desenvolver, mas qualquer resposta nesta dimensão militar reforçada ao nível da União não pode esquecer a indústria, portanto, potenciamos a nossa indústria: reindustrializar, criarmos efetivamente processos, ou melhor, descentralização de processos produtivos pelos países aliados. Uma ideia de fixação de *know how* e de promoção da indústria dos países mais pequenos, que naturalmente favorecerá o caso de Portugal. No fundo, esta ideia de criarmos laços produtivos com outros setores da economia, também ajuda a reforçar e a empoderar esta indústria e que, sobretudo nestes tempos tão difíceis, não podemos esquecer. E, depois, porque facilita a interoperabilidade, facilita aquela que é a produção de material militar.

Depois, não esquecer que todos estes desafios de uma dimensão militar reforçada também devem-se intercruzar com campanhas de sensibilização para o risco. A forma como as pessoas percebem a segurança neste novo cenário que se avizinha – um cenário difícil do ponto de vista social, não se tratando de uma crise só financeira ou económica, é uma crise social verdadeiramente e, portanto, esta dimensão tem sempre que ter esta ideia. E, depois, por fim, mais importante para aquele que é o nosso painel, e indo aqui ao foco, eu gostaria também de ouvir um pouco os ilustres oradores sobre aquele que é o papel do Fundo Europeu de Defesa, que já viu um corte no seu orçamento, na sequência evidentemente deste cenário pandémico. Da Cooperação Estruturada Permanente, como vamos desenhar o futuro na cooperação sinérgica destas organizações. Poderá ser um caminho antes de alcançarmos o desejado, por alguns países, Exército europeu. E depois, o papel de uma Agência Europeia de Defesa que teve um orçamento geral para 2020 de 34 milhões de euros, o que nos pode fazer pensar que ainda há um caminho

muito longo a criar para esta ideia de uma dimensão militar reforçada, ou de que forma é que a vamos fazer. E depois não esquecer a NATO, evidentemente. Que relação é que se espera com a NATO, na sequência deste empoderamento da dimensão militar da União Europeia? Não esquecendo que Portugal tem um posicionamento atlântico preferencial, visto pela NATO, é um vetor estratégico a proteger. E parece-me que Portugal deve sempre liderar, junto dos Estados Membros da União, a defesa de uma política externa de segurança europeia que não duplique as capacidades e as missões da NATO, promovendo, evidentemente, o fortalecimento deste elo transatlântico. *Last (but not least)*, não esquecendo, evidentemente, o papel da lusofonia e de Portugal como um interlocutor preferencial nestas matérias, assumindo aqui uma posição de liderança. Portanto, eu espero ter cumprido aqui com rigor o tempo que me foi atribuído, não sem antes ter deixado alguns minutos para no fim colocar aqui também algumas perguntas, promovendo aqui um debate que sei que vai ser muito profícuo, para alcançarmos o desiderato e de termos algumas pistas sobre aquele que pretende ser, realmente, o futuro da defesa europeia. E, portanto, passo já aqui a palavra à Professora Ana Paula Brandão.

Ana Paula Brandão, Professora Auxiliar em Relações Internacionais, Universidade do Minho

Em síntese, identificamos desafios específicos da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e desafios transversais, que têm efeitos na afirmação da União Europeia (UE) como actor militar.

(Quatro) Desafios Específicos

1. Recursos e capacidades

A UE é um ator militar em construção. Esta construção é comprometida pela cooperação disfuncional, pela fragmentação dos mercados da defesa e pelo défice de recursos e capacidades. Apesar do relançamento da PCSD pós-2013 (“A defesa é importante”, Conselho Europeu, dezembro 2013) e pós-2016 (“Pacote de Inverno sobre Defesa”, novembro 2016), cumpre sublinhar que:

- Os “objetivos globais”, definidos na década de 90 do século passado, não só estão por concretizar, como já são inadequados para as exigências atuais, incluindo no domínio da gestão de crises.
- O aumento da dotação da rubrica ‘Segurança e Defesa’ do Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027), previsto em 2018, não foi cumprido. No caso específico do Fundo Europeu de Defesa, destinado ao desenvolvimento de projetos colaborativos (projetos de investigação e projetos de desenvolvimento de produtos e tecnologias), a dotação proposta inicialmente pela Comissão, 13 mil milhões de euros, foi reduzida para 7,014 mil milhões de euros.

O ‘custo da não-Europa (da defesa)’ – A falta de cooperação em matéria de defesa limita a disponibilidade, a projetabilidade, a interoperabilidade e a sustentabilidade

das forças, e, conseqüentemente, a eficácia das operações da PCSD, além de custar ao coletivo, anualmente, entre 25 e 100 mil milhões de euro (Comissão Europeia 2017).

2. PCSD & crises complexas

A PCSD tem conhecido uma expansão da sua agenda (terrorismo, crime organizado), constituindo a área da saúde um novo desafio, designadamente no que respeita à multifuncionalidade e adaptabilidade das missões e operações. Além das missões civis, duas operações militares (EUFOR Althea e EUTM Somália), atualmente no terreno, estão a dar um contributo (“extra-mandato”) para mitigar os efeitos locais da pandemia (aconselhamento e assistência médica). De referir ainda a necessidade de garantir a segurança dos seus efetivos, bem como a continuidade e operacionalidade das missões.

Como afirmado na carta endereçada pelos Ministros da Defesa da Alemanha, Espanha, França e Itália ao Alto Representante, Josep Borrell, em maio de 2020, “[F]ew organisations are better equipped to deal with such a multifaceted crisis than the European Union with the many tools at its disposal. Our reactions to the COVID-19 crisis have demonstrated that, although there is still room for progress, we were determined to manage these tremendous challenges together as a Union. Our Armed Forces have been instrumental in helping to deal with the challenges posed – both in Europe and beyond.”

3. Internalização da PCSD

Na seqüência dos ataques terroristas de Madrid (2004), o Conselho Europeu declarou a possibilidade de usar internamente os meios desta política de incidência externa. A Cláusula de Solidariedade (artigo 222.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia) prevê que, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana, a UE poderá mobilizar todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares e as estruturas criadas no âmbito da PCSD.

A pandemia evidenciou a premência do contributo da PCSD na resposta a crises sanitárias. Os Estados-membros têm cooperado na partilha de informações e de boas práticas relativas à participação das Forças Armadas nacionais no combate à COVID-19. Na reunião (videoconferência) realizada no dia 12 de maio de 2020, os Ministros da Defesa realçaram o “papel fundamental desempenhado pelas Forças Armadas ao apoiarem a sociedade civil e os Estados-Membros a nível transfronteiras”. Em junho, o Ministro da Defesa de Portugal definiu “a melhoria do contributo militar para a resposta a emergências complexas” como uma das prioridades da presidência portuguesa do Conselho da UE.

4. Cooperação UE-NATO e relações transatlânticas

Questões como uma cooperação substantiva UE-NATO (incluindo a execução das 42 propostas comuns aprovadas em dezembro de 2016 e subseqüentes), a partilha de encargos (*burden sharing*) e a autonomia estratégica da UE continuam em cima da mesa. A pandemia e o comportamento da China evidenciaram a relevância de uma cooperação efetiva entre parceiros para fazer face a problemas comuns. A eleição de Joe Biden permitirá o “reencontro” dos aliados e o retorno ao multilateralismo, uma “janela de oportunidade” que não deve ser desperdiçada.

(Cinco) Desafios Transversais

1. Recuperação sanitária e socioeconómica

A prioridade, justificada, das agendas sanitária e socioeconómica teve já um duplo efeito: a referida alteração na rúbrica ‘Segurança e Defesa’ do próximo Quadro Financeiro Plurianual; o risco de negligenciar os efeitos na evolução da conflitualidade em palco externo, sendo já manifestos: o aproveitamento, por parte de grupos armados, do desvio da atenção global focada agora na pandemia (Líbia, Iraque, Síria, Colômbia, Mali, Níger); o uso excessivo da força contra civis (Filipinas, México, Nigéria); a agitação social e distúrbios provocados pela deterioração das condições sociais e económicas (Quênia, Honduras, Índia) (EU-ISS 2020).

2. ‘Nível de ambição’

A UE afirma-se como “ator global” sustentado por uma “*comprehensive approach*”. Para concretizar este ‘nível de ambição’ são necessários meios adequados, bem como uma complexa coordenação interpolíticas (política comercial comum, cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária, PESC/PCSD, segurança interna, entre outras), interinstituições e interníveis (europeu e nacional).

3. *Policy differentiation*

O sistema político da UE é caracterizado pela diferenciação da natureza e do grau de envolvimento da organização nas diversas áreas de política pública, que se traduz numa assimetria em termos de capacidade de decisão e de execução, de distribuição de poder entre as instituições, de *outputs* (legislativos vs. não-legislativos) e meios, com particular expressão na área da segurança (*lato sensu*). Esta particularidade, que compromete a coerência e consistência do ator, toca duas agendas relevantes para lidar com problemas e desafios de segurança complexos: a coordenação entre segurança externa e interna; a coordenação civil-militar.

4. Brexit

O Reino Unido (RU) está fora, mas não deve ‘ficar de fora’. A negociação é complexa em diversas áreas e ‘fechar um acordo’ (e os termos do mesmo), que defina a relação futura UE-RU, fará(ão) a diferença. No que respeita à PCSD, esta é de natureza intergovernamental pelo que permite a participação de atores externos em operações/missões da UE e em projetos da Cooperação Estruturada Permanente (no passado dia 5, o Conselho definiu “as condições gerais em que países terceiros podem ser convidados, a título excecional, a participar em projetos CEP específicos”). Importa garantir que o RU continua presente nos referidos mecanismos cooperativos, não só pela necessidade de recursos e capacidades, mas sobretudo por motivos políticos e estratégicos.

5. Contexto multicrítico

Contexto multicrítico (crise económica, crise migratória/humanitária, crise de segurança, crise política, com derivas autoritárias, populistas e de exclusão, crise sanitária, e, transversalmente, crise de valores, em particular do valor estruturante do projecto europeu – a solidariedade), pautado por “*wicked problems*” interconexos.

O custo político da ‘não-solidariedade europeia’ – De acordo com os resultados da sondagem realizada pela equipa liderada por Timothy Garton Ash da Universidade de Oxford [*“What kind of post-corona world do Europeans want? The coronavirus crisis could lead us to the best of times. It could lead us to the worst of times”*], publicada em abril de 2020, “no less than 53% of young Europeans place more confidence in authoritarian states than in democracies to tackle the climate crisis”. Este é um dado preocupante. Para reverter esta perceção, é imperativa uma resposta cooperativa eficaz e eficiente à(s) crise(s), incluindo (n) o domínio da segurança e defesa.

MGen. Hermínio Maio, Diretor Adjunto da Capacidade Militar de Planeamento e Condução da União Europeia

Agradeço à Senhora Diretora do Instituto da Defesa Nacional, Professora Helena Carreiras, o honroso convite para participar neste segundo Seminário de Defesa Nacional. Saúdo também a audiência deste importante e oportuno evento e, muito particularmente, os ilustres oradores e a moderadora com quem tenho a honra de partilhar este painel.

Permitam-me que em jeito de nota introdutória refira que as questões europeias e muito especialmente a sua dimensão militar são elementos centrais do futuro desejável de Portugal. Muito antes de se falar da dimensão militar, a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 originou um interesse particular pelas questões da integração económica e do desenvolvimento regional, como parte deste extraordinário e único projecto de paz, segurança e prosperidade que é a União Europeia.

Só mais tarde, em 2008 no Comando do Regimento responsável pelo aprontamento de uma Unidade de Engenharia Militar para integrar um *Battle Group* conjunto com Espanha e posteriormente em 2014, como Vice-Chefe da Missão Militar de Portugal junto do Comité Militar da União Europeia, tive contacto prático com a dimensão militar da União.

O comando da Missão Militar da União Europeia na República Centro Africana (RCA) de 2018 a 2019 consolidou a minha convicção da importância destas missões como contributo para a estabilidade e a paz dos países em que se desenvolvem e das próprias regiões onde se inserem.

A nossa ação na RCA foi e continua a ser um passo muito importante no domínio da Segurança e Defesa Europeia. Enquanto cidadãos europeus, os militares das 12 nações da *European Union Training Mission* (EUTM) partilharam o seu modo de ser, a sua experiência e conhecimento militar, contribuindo assim para a unidade e a construção da nossa identidade comum.

Como militares, demonstrámos que se pode ir mais longe trabalhando em conjunto, valorizando a multinacionalidade e os séculos de história militar dos Estados Membros da UE e dos países parceiros que conosco participam nestas Missões.

Foi uma honra e um privilégio único servir a UE com aqueles homens e mulheres, ajudando a tornar a RCA um local mais seguro e digno para os seus cidadãos e preparando-me para as novas responsabilidades agora como Director Adjunto e Chefe de Estado-Maior do *Military Planning and Conduct Capability* (MPCC).

O MPCC é uma estrutura de comando baseada em Bruxelas, presentemente responsável pelo planeamento operacional e condução das missões militares não executivas da UE, sob controlo político e direção estratégica do Comité Político e de Segurança (COPS).

Passaria agora ao “*coeur du sujet*” onde pretendo abordar as principais questões, que na minha perspectiva, irão moldar o panorama da segurança e defesa da UE nos próximos anos.

Estou otimisticamente convencido de que está em curso um “impulso” na Política Comum de Segurança e Defesa. Creio que é chegado o momento de falar sobre a nossa ambição no domínio da segurança e defesa dos cidadãos da UE.

O ressurgimento dos ataques terroristas, a pandemia, os desafios nas nossas fronteiras e as crises externas impelem-nos a fazê-lo.

Como pretendemos traduzir a nossa ambição em passos concretos que contribuam para a garantia da segurança e estabilidade europeias? Esta é questão que se coloca.

Vou centrar a minha intervenção em três pontos; (i) Entender a envolvente; (ii) Dotar-nos dos meios para responder às ambições; (iii) Equipar-nos com a organização militar adequada à nossa ambição.

1. Entender a envolvente

Serei breve neste ponto, porque a situação é tão evidente que só não vê quem não quer.

Só para lembrar algumas áreas de preocupação num passado muito recente, cito o golpe de estado em agosto do corrente ano no Mali que veio agudizar a crise que o país vive, agravada pela pandemia COVID-19, exigindo uma atenção reforçada das várias missões que temos a decorrer no país, incluindo a EUTM. Adicionalmente, novos focos de tensão surgiram ou acentuaram-se na Bielorrússia e no Mediterrâneo Oriental.

Mais recentemente assistimos aos drásticos acontecimentos no Tigré-Etiópia e à guerra aberta no Nagorno-Karabakh, afetando duas regiões de extrema importância para a segurança europeia como são o Corno de África e o Cáucaso.

Assistimos também ao ressurgimento dos ataques terroristas no espaço da União e ao acentuar das ameaças transversais nos domínios *Cyber* e *Hybrid*, conjugadas com campanhas de desinformação. E tudo isto com uma contínua agitação de grandes competidores da UE como são a Rússia e a China.

Portanto, trata-se em primeiro lugar de desenvolver, como União, uma visão comum da situação, das ameaças e dos desafios que enfrentamos. Neste contexto, o trabalho realizado sobre a análise de ameaças (*threat analysis*) é um primeiro passo considerado exemplar.

Exemplar em termos de número de contribuições dos Estados-Membros: cerca de 50, com 26 Estados-Membros contributores – um recorde na UE; e exemplar pela qualidade das contribuições. Exemplar também pelo procedimento seguido: é um documento da UE, classificado, não aprovado, sem prioridade definida e que não é passível de ser “adoçado”. Isso permitirá aos Estados Membros basear a discussão política da “Bússola

Estratégica” de maneira objetiva. É, conseqüentemente, um trabalho de transparência e sinceridade na base e que deve permitir aos Estados-Membros definir o que esperam da UE e, portanto, de si próprios, a fim de responder às ameaças e desafios nos próximos dez anos.

2. Dotar-nos dos meios para responder às ambições

Entendida a envolvente como União, trata-se então de agir, começando por dotar-nos dos meios necessários para responder às ambições. Encontramo-nos também aqui num momento de decisão importante.

O trabalho realizado durante este ano de 2020 no âmbito do *Coordinated Annual Review on Defence* (CARD) e a revisão estratégica da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) são exercícios de realismo.

O CARD representa uma “plataforma de troca de informações” inestimável, permitindo que os Estados-Membros transmitam informações no domínio das capacidades. O CARD permite uma avaliação clara da contribuição dos Estados para as operações em curso e para os esforços de planeamento de capacidades, a fim de alcançar o nível de ambição da UE.

Através do CARD são evidenciados factos que não agradam aos Estados-Membros pelo seu fraco investimento nas operações e missões da UE (7% do total dos seus investimentos operacionais) e pelo desequilíbrio que demonstram as declarações à NATO e à UE daqueles que estão em ambas as organizações.

A Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), que também visa reforçar a capacidade militar da União Europeia de forma a alcançar o nível de ambição militar, é uma ferramenta poderosa que deve permitir aumentar os investimentos úteis, reforçando o desenvolvimento conjunto das capacidades e melhorando a disponibilidade e a interoperabilidade das nossas forças destacáveis.

Os projectos PESCO devem, portanto, contribuir para melhorar o ambiente de defesa da Europa. A Cooperação Estruturada Permanente deve centrar os projectos futuros sobre os défices de capacidade crítica da UE, de modo a alcançar resultados concretos.

A última revisão estratégica da Cooperação Estruturada Permanente vai nesse sentido, propondo inspirar-se nas conclusões do CARD para propor novos projectos. Vinte e seis (26) projetos de quarenta e sete (47) deverão ser concluídos antes do final da próxima fase (2021-2025).

Além disso, é de notar que tanto a PESCO como o CARD permitiram demonstrar um bom entendimento entre a Agência Europeia de Defesa (EDA), o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) e o *European Union Military Staff* (EUMS). Tanto a Cooperação Estruturada Permanente quanto o CARD são liderados por um secretariado conjunto que reúne estas três organizações, o que permite aumentar a consistência das suas conclusões ao reunir o desenvolvimento de capacidades, as expectativas políticas e a perícia militar.

Para aprofundar este assunto, o EUMS continua a fornecer expertise militar às instituições e decisores da UE, através de sua capacidade de planeamento a nível político e estratégico, mas também no domínio das capacidades.

Para concluir este ponto, aproveito a oportunidade para apresentar a minha perspectiva sobre o debate OTAN – UE, particularmente no que se refere às capacidades.

Tive o privilégio de exercer as funções de Vice-Chefe da Representação Militar de Portugal junto do Comité Militar da OTAN e acredito sinceramente que devemos ver a complementaridade onde alguns temem a competição.

Não podemos esquecer que a Segurança Europeia está na origem da criação da Organização do Atlântico Norte.

O debate à volta da competição é, portanto, estéril porque estamos tão intimamente ligados que somos inseparáveis. Qualquer capacidade ou desenvolvimento operacional no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa reforça o pilar europeu da OTAN.

Quaisquer que sejam os mecanismos de financiamento de capacidades implementados no âmbito do Fundo Europeu de Defesa ou dos projetos de cooperação estruturada permanente, os Estados-Membros continuam a ser proprietários das capacidades adquiridas e podem decidir sem entraves colocá-las à disposição dos seus interesses nacionais, do seu envolvimento na OTAN ou do seu envolvimento na UE, que se deseja o mais sólido possível.

3. Equipar-nos com a organização militar adequada à nossa ambição

Passaria agora a abordar sucintamente a evolução das únicas estruturas militares das instituições da União Europeia: o EUMS e o MPCC.

Em Helsínquia, os Estados-Membros da UE decidiram criar novos órgãos políticos e militares permanentes que permitissem à UE assumir as suas responsabilidades no âmbito da prevenção de conflitos e gestão de crises definidas no Tratado da UE.

Tal como previsto no relatório de Helsínquia, o Estado-Maior Militar da UE (EUMS), integrado nas estruturas do Conselho, “fornece perícia militar e apoio à PCSD, incluindo a condução de operações militares de gestão de crises lideradas pela UE”.

Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da criação do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), o EUMS foi transferido do Secretariado-Geral do Conselho para o SEAE.

O EUMS é a fonte de *expertise* militar da UE e tem por missão o seguimento, alerta precoce, análise e avaliação da situação, previsão estratégica e planeamento no nível estratégico, bem como o Plano de Implementação de Segurança e Defesa de acordo com a Estratégia Global da UE.

O EUMS contribui, portanto, para o desenvolvimento de uma cultura europeia comum de segurança e defesa, que é essencial para a UE ser um ator credível.

Com base nas conclusões do Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2016 foram desenvolvidos trabalhos no sentido de cumprir o nível de ambição da UE decorrente da Estratégia Global na área de segurança e defesa. Nesta sequência, em 8 de junho de 2017, o Conselho criou o *Military Planning and Conduct Capability* (MPCC) em Bruxelas, integrado no EUMS.

O MPCC é, portanto, a estrutura militar permanente de Comando e Controlo (C2) da UE para missões militares não executivas da PCSD, atuando sob controlo político

e orientação estratégica do COPS. O MPCC desenvolve a sua ação em paralelo e em estreita coordenação com o *Civilian Planning and Conduct Capability* (CPCC), aumentando a cooperação Civil-Militar em África, no apoio às missões civis e militares da PCSD e operações nas mesmas áreas geográficas ou adjacentes.

Em 9 de junho de 2017, o MPCC assumiu o comando das três missões de treino da UE (EUTM Mali; EUTM CAR e EUTM Somália).

O MPCC é neste momento a primeira estrutura de Comando de nível estratégico-militar em avaliação na UE, que decorre durante o Exercício *Integrated Resolve 2020*. O objetivo a alcançar nesta fase é declarar o MPCC capaz de planear e comandar uma operação executiva com uma Força de dimensão *Battle Group* e, simultaneamente, até cinco (5) missões militares não executivas.

Durante o último ano desenvolveu também a revisão estratégica dos mandatos das três missões, lidando com a contingência do COVID-19 e gerindo as consequências do Golpe de Estado no Mali.

No decurso dos seus primeiros três anos, o MPCC validou o seu lugar como um comando militar e capacidade de controlo permanente no nível estratégico-militar.

O MPCC conferiu um valor acrescentado à gestão militar de crises da UE como parte de um esforço mais amplo para reforçar o papel da UE como fornecedor de segurança civil-militar.

É evidente que o objetivo estabelecido ainda não foi alcançado. O MPCC continua a sofrer de falta de pessoal. A estrutura permanente é de apenas 60 pessoas. Após dois anos de ativação, ainda há 14 posições por prover, portanto um quarto do efectivo.

Portugal vai reforçar a sua contribuição com dois Oficiais durante a Presidência da UE no 1.º Semestre de 2021, empenhamento que exprime um forte apoio ao MPCC e às estruturas militares da UE.

Para termos uma ideia comparativa da situação de pessoal, os Aliados da OTAN concordaram em aumentar a estrutura de comando permanente em 1.200 pessoas, mas os Estados-Membros da UE, a grande maioria dos quais também fazem parte da OTAN, têm dificuldades em fornecer 1% desse número para o MPCC! Sem subestimar as dificuldades de recursos humanos das forças armadas dos Estados-Membros, diria que é necessário conciliar seriamente o discurso e a realidade para benefício da credibilidade.

Tem de haver coerência entre a ambição política traduzida em decisões do Conselho e os recursos alocados.

As dificuldades em prover o MPCC com as adequadas infraestruturas e com Sistemas de Informação e Comunicações seguros constituem outros obstáculos à concretização do plano de implementação do MPCC.

A evolução do MPCC e, portanto, do EUMS é inevitável, se quisermos mostrar um nível de ambição credível. É necessário dar coerência à visão da PCSD. Caso contrário a União Europeia estará a sobrepor um *gap* de credibilidade ao *gap* de capacidades que a caracteriza.

Esta é a orientação que temos dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas dos Estados-Membros sob a direcção do *Chairman* do Comité Militar, mas também do Alto Representante / Vice-Presidente.

O trabalho em curso deve encontrar o seu lugar no apoio à expressão da visão da União Europeia para a a Segurança e Defesa.

Esperamos muito do desenvolvimento da Bússola Estratégica (*Strategic Compass*), que deve fornecer o panorama geral. Trata-se de dar coerência a todas as iniciativas e dinâmicas da PCSD, de acordo com a nossa ambição.

Esperamos também que o *European Peace Facility* seja uma realidade já em 2021, permitindo financiar equipamento militar em complemento to treino executado pelas nossas missões EUTM.

Estamos, creio eu, num momento histórico da nossa ambição de defesa e segurança em benefício dos nossos concidadãos. A realidade que nos rodeia exige ação.

Cabe aos Estados Membros cumprir a ambição que é requerida, e não perder a oportunidade de mostrar que a União Europeia, em sintonia com as organizações aliadas e parceiras, também é capaz de ter um discurso de Poder.

Obrigado pela vossa atenção.

Estou pronto para responder às questões que possa ter suscitado.

Paulo Lourenço, Diretor-geral de Política de Defesa Nacional

Considerando que, e em boa hora, os painéis do Seminário de Defesa Nacional se tornaram públicos, pensei organizar esta intervenção a partir de uma pergunta elementar: de que falamos afinal quando falamos de Defesa Europeia?

Começaria por lembrar que a Estratégia Europeia Global de 2016, que é, de certo modo, um ensaio de um novo Conceito Estratégico Europeu, introduziu, entre a ambição e a hesitação, uma mudança que não deve ser subestimada: para além da gestão de crises e da capacitação de países parceiros, a Defesa da UE passou também a ser um objetivo em si mesmo. Eu diria que se trata de uma mudança de paradigma.

E, na verdade, nos últimos 4 anos, mercê das dinâmicas criadas e de transformações ocorridas no sistema internacional, a gestação de uma identidade Europeia de Defesa descolou – dentro do tempo próprio dos processos Europeus, mais orgânicos do que *top-down* quando falamos de partilha de áreas soberanas. De proclamação, a Defesa Europeia passou a um verdadeiro programa.

Hoje, a Defesa Europeia é uma realidade, imperfeita, mas deliberada, consolidando-se através de sinapses antes inimagináveis. Eis uma Polaroid:

- A UE dispõe hoje de 17 missões militares e civis no terreno;
- Tem estruturas de Comando e Estado Maior, ainda que limitadas – a este respeito vale a pena evocar o caminho feito pelo MPCC e o seu valor acrescentado;
- Uma Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) que permite, através de geometrias variáveis, desenvolver capacidades necessárias de forma colaborativa (e Portugal participa em vários desses projetos PESCO, liderando dois deles);
- A isso associou uma Agência Europeia de Defesa, com capacidade de financiar e *expertise* dedicada;

- A UE está prestes a dar um salto “quântico” com a aprovação de um Fundo Europeu de Defesa – mesmo que com orçamento menor do que inicialmente pensado;
- Tem um processo de desenvolvimento de capacidades e instrumentos de alinhamento dos planejamentos nacionais, mapeamento e direção através do CARD – uma revisão anual coordenada, a primeira das quais, entretanto finalizada, no que é em si mesmo uma etapa emblemática;
- Até 2022, a definição de uma Bússola Estratégica poderá dar às diversas iniciativas e processos postos em marcha maior congruência, correspondendo mais fielmente à ambição estratégica europeia, agora fundada num denominador comum de ameaças (o primeiro, aliás, de sempre) e numa política mais coerente e integrada de segurança e Defesa.

O que mudou, realmente, então, para que este salto qualitativo tivesse ocorrido? Eu diria que a escala e severidade das ameaças, incluindo as que resultaram dos anticorpos criados por uma certa deterioração da relação transatlântica e do Brexit. A Europa compreendeu que precisava de chamar a si maiores responsabilidades como protagonista da sua Defesa e que para isso tinha de se equipar.

Vivemos hoje um estranho paradoxo na Europa no que à Defesa diz respeito. Em muitos aspetos, nunca tivemos tanta convicção como hoje sobre a necessidade de uma Defesa Europeia, nem sobre as ameaças que dentro e fora dela põem em risco as nossas democracias e o sistema de valores em que a Europa assenta e de que parece ter ficado como sentinela quase solitária – mas gastamos boa parte do tempo numa discussão misteriosamente ideológica sobre autonomia estratégica, soberania Europeia ou o risco do “*de-coupling*” transatlântico. Na verdade, a UE é hoje o principal cuidador de um sistema internacional assente em normas. É uma discussão que, por vezes, me atrevo a qualificar de bizantina. Faz lembrar o episódio atribuído por Platão ao famoso astrólogo e filósofo Tales de Mileto, de quem uma camponesa troçava por este ser capaz de prever um eclipse lunar, mas não ver por onde andava, a ponto de cair num poço.

O meu ponto é este: em que medida faz sentido enquistar um debate sobre a autonomia estratégica da Europa, quando são os próprios EUA a pedir uma maior responsabilização e “*burden-sharing*”? Este parece ser, aliás, um complexo Europeu, em que a UE parece apenas ser capaz de se definir pela negativa em função do que não é ou do que não quer ser. Deixemos que sejam as necessidades político-estratégicas a ditar a medida dessa autonomia, sem disso fazer um objetivo em si mesmo, estigmatizando ou criando “fetiches”, consoante a perspetiva, no pressuposto de que, no final do dia, as capacidades militares não são batalhas discursivas e que a vasta maioria dos Estados Membros UE é composta por países que fazem parte da NATO. Para países da nossa dimensão, com uma clara identidade euro-atlântica e dispondo de apenas um sistema de forças, não há alternativa a uma articulação estreita entre a UE e a Aliança Atlântica. Essa é a nossa verdadeira amplitude estratégica.

O programa da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (PPUE) na área da Defesa, costurado em conjunto com a Alemanha e Eslovénia, e assente numa lógica de conjunto assegurada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), procura ir ao encontro do fortalecimento destas diferentes componentes de Defesa, e dos pressupostos atrás enunciados, sem perder de vista o ângulo de visão nacional. Uma vez que S. Ex.^a o Sr. Ministro da Defesa Nacional teve ocasião de se deter nelas no início deste Seminário, limito-me a referir, pela sua utilidade enunciativa, as respetivas prioridades, a saber:

1. As relações com África (lembrando que 5 das 6 EUTMs ali estão colocadas);
2. A aposta na segurança marítima;
3. A dinamização da Base Tecnológica Industrial de Defesa;
4. O nexa clima-Defesa, e, finalmente
5. O reforço da cooperação UE-NATO.

Gostaria, a partir deste ponto de partida, de partilhar alguns apontamentos sobre temas específicos que, pelo seu impacto transversal, permitem entender melhor em que ponto estamos na maturação da nova arquitetura de Defesa Europeia e o papel editorial que a eles atribui o Ministério da Defesa Nacional, quer na perspetiva da PPUE, quer pelo potencial que encerra na ótica mais “íntima” da política de Defesa Nacional.

1. O tema da resiliência, que reemergiu, após a pandemia, como acelerador das diversas dinâmicas acima descritas, sendo, de resto, uma das quatro áreas (*clusters*) *in the making* da Bússola Estratégica e uma das prioridades da PPUE, refletindo a capacidade de resposta da UE e dos seus Estados Membros a ameaças tradicionais ou emergentes, através de um incremento na adaptabilidade e eficiência da gestão de recursos, bem como de uma visão “holística” e complementar, tanto das capacidades disponíveis e a desenvolver, quanto das áreas políticas em que atuam. De certo modo, a resiliência veio emprestar validação estratégica e unidade editorial às várias componentes de que vimos falando. Não por acaso, o Senhor Ministro da Defesa Nacional referia-se, em sessão anterior, à oportunidade de construir um sistema de resiliência nacional, como um possível desdobramento nacional deste debate.

2. A cooperação civil-militar: outro tema-chave. Embora não se trate de um objetivo destituído de obstáculos – incluindo os que resultam da natureza intergovernamental da PCSD (uma política executiva sem interferência legislativa ou judicial), das divergências nacionais em termos de financiamento ou até de limitações constitucionais – tem-se verificado que, à perceção desta necessidade, desde logo em resultado da pandemia, tem vindo a corresponder um esforço consciente de estabelecimento de diferentes modalidades de cooperação entre atores civis e militares;

É o caso da colaboração entre a Comissão e as estruturas de gestão de crises do SEAE (em particular o Estado-Maior da UE), que desempenha um papel fundamental na melhoria da ação da UE em emergências complexas, tanto através da mobilização de meios militares no apoio à ajuda humanitária e a catástrofes, como através da inclusão de aspetos humanitários no planeamento e condução das missões e operações da PCSD.

A coordenação e cooperação entre a PCSD e a Área de Liberdade, Segurança e Justiça, nomeadamente nas atividades de segurança fronteiriça e controlo migratório no Mediterrâneo (e.g. a operação naval EU NAVFOR Sophia ou a missão civil EUBAM Líbia) constitui outro exemplo de cooperação civil-militar ao nível Europeu baseada numa abordagem mais integrada.

A consolidação da Capacidade Militar de Planeamento e Condução (MPCC), uma estrutura fixa de comando e controlo ao nível estratégico militar, permitirá que a UE assuma, pela primeira vez, o planeamento operacional, comando e controlo de operações militares executivas no quadro da PCSD autonomamente (i.e., com meios e infraestruturas próprias e sem necessidade de recurso a estruturas de comando e controlo da NATO ou nacionais), se tudo correr como esperado, a partir de 2021.

A recente criação de uma célula de apoio e coordenação (*Joint Support Coordination Cell*), estabelecida para permitir e reforçar uma coordenação e cooperação civil-militar eficazes entre a MPCC e a sua congénere civil (a Capacidade Civil de Planeamento e Conduta – CPCC), no planeamento operacional e na condução das missões da PCSD, veio também contribuir para intensificar a capacidade de cooperação civil-militar da UE. O relatório anual desta célula faz um retrato auspicioso do seu primeiro ano de funcionamento, sobretudo em termos de partilha de informação e identificação de sinergias, demonstrando potencial para inovar no futuro o desenvolvimento da cooperação civil-militar na UE ao nível operacional e institucional. Esta interface é difícil, mas é nela que está alojada a sua principal mais-valia.

3. Uma política de parcerias é também, como não podia deixar de ser, um dos *clusters* da Bússola Estratégica. Aqui destacaria a cooperação entre a UE e a NATO, no âmbito da reflexão sobre o futuro da Defesa Europeia, como uma componente fundamental na qual é preciso investir, apesar da volatilidade dos últimos anos (e talvez por causa dessa volatilidade e do agravamento da insegurança no contexto europeu, transatlântico e global). As dificuldades de cooperação formal têm sido, ainda que marginalmente, mitigadas por um esforço não despidendo de cooperação informal em áreas de interesse estratégico para ambas as organizações, incluindo no campo das ameaças híbridas e da mobilidade militar.

De resto, a cooperação entre a UE e a NATO permanece prioritária para o futuro da Defesa Europeia, não apenas como condição de mobilização de uma ampla gama de ferramentas e um uso mais eficiente dos recursos disponíveis da comunidade euro-atlântica, para enfrentar desafios comuns e garantir a segurança dos cidadãos, mas também para contrariar uma reconhecida tendência de declínio no domínio normativo internacional.

4. A pegada operacional europeia: a evolução da Defesa Europeia pode ser medida através do seu já importante lastro operacional. Esta é, aliás, matéria coberta pelo primeiro *cluster* da Bússola Estratégica. E, como dizia o Senhor Ministro da Defesa Nacional no início deste dia de trabalhos, cinco das seis missões militares da UE estão em África, donde a sua dupla conveniência para a política de Defesa Nacional. A este respeito, gostaria de notar que pertence a Portugal a iniciativa inaugural de um primeiro

non-paper para a Bússola, entretanto negociado e patrocinado por vários outros Estados Membros, sobre a estratégia de abordagem das missões e operações PCSD. Também aqui valerá a pena citar dois pontos suplementares: o impacto que a aprovação esperada do novo instrumento financeiro, o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, terá na capacidade operacional Europeia e o facto de o perfil da nossa Cooperação de Defesa com os PALOP poder oferecer afinidades naturais e sinergias na relação da UE e das suas missões não executivas (EUTMs) em África.

5. E por último, a Segurança Marítima: trata-se de uma prioridade da PPUE; é um novo *cluster* para a política de Defesa Nacional, um tema a que importa reservar alguma atenção. Diria apenas que, tal como as EUTMs, também esta nova dimensão de trabalho da PCSD tem o potencial de multiplicar competências nacionais bem estabelecidas, combinar ativos de vários departamentos do Estado sob a coordenação do MNE, valorizando os nossos programas de cooperação bilateral na área da capacitação de Defesa. As primeiras experiências-piloto com as chamadas Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) fazem parte deste puzzle e poderão assegurar, já nos próximos meses, alternativas criativas em matéria de geração de forças numa área de interesse estratégico nacional e europeu.

Como encerramento, permitia-me acrescentar três observações:

Todos os que trabalham nestas áreas sabem quão exigente é hoje o esforço de gerar forças militares para as operações das alianças e agremiações a que pertencemos. Além do longo caminho que ainda temos a percorrer na UE, sobretudo quanto a investimento, interoperabilidade, alinhamento dos nossos planeamentos nacionais e desenvolvimento de capacidades para preencher o “débito” entre a ambição da PCSD militar e a taxa de esforço dos Estados Membros, a UE precisa de chegar a uma cultura estratégica partilhada. Será esta conquista que ditará a sua verdadeira consistência.

Permito-me também notar que a Defesa Europeia é um processo em construção, tanto entre Estados Membros, quanto nas cabeças e nos corações de cada um deles. Mesmo no Ministério da Defesa Nacional e nas Forças Armadas, ainda não estamos a tirar todo o partido das possibilidades que a nova arquitetura da Defesa Europeia nos oferece. Ao nível do conhecimento público desta dimensão da Política de Defesa Nacional e da sua relação com a sociedade civil, diria que estamos apenas no princípio. Nenhuma PCSD se imporá sem o envolvimento ativo dos *think tanks*, universidades e decisores políticos, incluindo da Assembleia da República e dos partidos políticos. Permitia-me, por isso, fazer votos, nesta ocasião, para que todos possamos aproveitar da melhor maneira a PPUE para promover a divulgação e o debate numa matéria que tem claro interesse público e se encontra insuficientemente instalada na análise política nacional.

Por fim, sendo o ADN da política de Defesa Nacional eminentemente cooperativo, estou convencido de que a Defesa Europeia não é um inibidor, mas um verdadeiro multiplicador do nosso poder de projeção operacional, tendo bem presente o *know-how* de experiência de Comando, o contributo tecnológico-industrial da Defesa para a economia pós-pandemia, e, por fim, o seu impacto na nossa amplitude estratégica, potenciando ativos nacionais, sem com isso implicar forçosamente mais orçamento.

Ainda estamos no início de uma curva de aprendizagem sobre como devemos contribuir e tirar benefício da Defesa Europeia, mas estou persuadido que este é um caminho irreversível e uma oportunidade única.

Resumo do debate

A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) tem enfrentado desafios específicos e transversais, apesar das diversas alterações que tem atravessado, sobretudo desde 2013 e 2016, na sequência do referendo britânico. Não obstante, a defesa europeia é hoje uma realidade, apesar de imperfeita e orgânica. Um dos principais desafios específicos que esta política enfrenta é o da desadequação dos recursos, meios e capacidades aos objetivos e necessidades. Necessidades como uma maior autonomia estratégica através de redução de dependências externas da União Europeia (UE) ou o reforço e coesão no desenvolvimento tecnológico e industrial para fazer face à forte competição internacional ficam comprometidas com os cortes efetuados ao financiamento plurianual à luz da pandemia. É, portanto, necessário dotar a UE dos meios e capacidades para enfrentar as ameaças identificadas, através de um esforço colaborativo. Partindo do primeiro exercício da Revisão Anual Coordenada da Defesa (CARD) em tandem com a última revisão estratégica da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), este esforço, impulsionado pelo iminente Fundo Europeu de Defesa, procurará mitigar a fragmentação e desequilíbrios existentes. De resto, tanto a análise de ameaças como a pandemia vieram reforçar a necessidade de uma maior resiliência por parte da UE, nomeadamente em termos de adaptabilidade e eficiência na gestão dos recursos, e de uma versão mais holística dos meios e capacidades a desenvolver.

Outro desafio ligado a esta ideia concerne a resposta a emergências complexas e a necessidade de multifuncionalidade das missões PCSD, com a inclusão do terrorismo ou a ligação a outras áreas (e.g. saúde ou gestão fronteiriça), incluindo um inevitável e irreversível incremento de sinergias e cooperação entre atores civis e militares, apesar das inerentes dificuldades. De resto, as missões de treino da UE já mostram sinais de mandatos cada vez mais alargados em termos de escopo, cobrindo aspetos que vão do treino, à formação, à capacitação, e que deverão ser grandemente impulsionadas com a implementação do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz no próximo ano.

A Estratégia Global de 2016 afirma explicitamente que, a par da gestão de crises e a capacitação de parceiros, a defesa da UE e dos seus cidadãos passou a ser um objetivo comum, representando uma mudança de paradigma e uma manifestação clara da necessidade de maior resiliência. Esta abertura da possibilidade da internalização da PCSD, por via do crescimento de diversos tipos de ameaças graves relacionadas com terrorismo, pandemias, gestão fronteiriça e crises externas identificadas na inédita análise conjunta de ameaças de dezembro de 2020, através do artigo 222.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, constitui, assim, um terceiro desafio. Trata-se de uma das questões que irá moldar o futuro da PCSD nos próximos anos. O documento da Bússola Estratégica, atualmente em preparação, deverá guiar a ação conjunta e incrementar a congruência das ferramentas e estratégias da UE para os próximos 10 anos.

A relação com a NATO constitui um quarto desafio específico, apesar das mudanças na administração norte-americana, mantendo-se problemas prévios entre alguns aliados da região do Mediterrâneo, bem como dificuldades decorrentes da ideia de maior autonomia estratégica da UE. É necessário garantir que o reforço do processo de planeamento e desenvolvimento de capacidades da UE seja complementar à NATO, de modo a reforçar o pilar europeu da Aliança Atlântica. A relação UE-NATO permanece uma prioridade absoluta.

Quanto aos desafios transversais, destaca-se o ambiente multicrítico e de crise política tanto do projeto europeu como da democracia que exacerbou o acentuado desinvestimento na defesa que decorreu da crise financeira de 2008 (apesar da ligeira melhoria a partir de 2014, na sequência da anexação Russa da Crimeia). Destaca-se também a crise sanitária, que tem desviado a atenção e, assim, viabilizado a ação de grupos armados e espoletado um incremento na agitação social.

Outro desafio transversal diz respeito à ambição da UE de se tornar um ator militar reforçado e global, dificultado pela falta de recursos, estruturas e complexidade do sistema europeu. O esforço de desenvolvimento de uma cultura estratégica partilhada, por parte de órgãos como a Capacidade de Planeamento e Conduta Militar (MPCC), o Estado-Maior da UE (EUMS), ou a Célula de Coordenação de Apoio Conjunto (JSCC), e também a multifuncionalidade crescente das missões PCSD, nomeadamente as missões de treino, refletem um esforço de adaptabilidade da UE para se tornar um ator e produtor de segurança credível, apesar da prevalência de lacunas. A diferenciação e assimetria das políticas públicas europeias, em particular entre as dimensões interna e externa, constitui um quarto desafio transversal em termos de garantia de coerência, eficácia e coordenação face à abordagem integrada.

O 'Brexit' constitui um quinto desafio transversal que afeta a defesa, sendo necessário garantir a participação ativa do Reino Unido na PCSD e na PESCO. O último desafio transversal diz respeito ao declínio, nos últimos anos, da perceção positiva dos cidadãos europeus face à UE e à PCSD. Este desafio configura um paradoxo, na medida em que nunca tivemos tanta convicção como hoje sobre a necessidade de uma defesa europeia, conforme refletido na análise de ameaças, contudo persistimos na discussão ideológica sobre soberania e autonomia estratégica *versus* um putativo risco de *decoupling* transatlântico. Por outro lado, são os próprios Estados Unidos a contar com uma maior responsabilização europeia em termos de *burden-sharing* e a maioria dos Estados Membros da UE e da NATO coincidem. Em última análise, será a capacidade de desenvolvimento de uma cultura estratégica partilhada que ditará a verdadeira consistência e o futuro da PCSD.

III – New Threats and European Defence

Moderação: Isabel Nunes, Diretora do Centro de Estudos e Investigação do Instituto da Defesa Nacional

(texto transcrito da intervenção da oradora)

Good afternoon ladies and gentlemen, and special thanks of course to our guest speakers for integrating this panel on threats and European defence. I will briefly introduce them.

Gustav Lindstrom is Director of the EU Institute for Security Studies, and he also chairs the Council for Security Cooperation in the Asia-Pacific. Previously he has served as the Head of Emergency Security Challenges Programme at the Geneva Centre for Security Policy. He is an expert on EU Common Security Defence Policy, cybersecurity, EU-NATO relations and emerging security challenges. He holds a doctorate in Policy Analysis from RAND Graduate School.

Hanna Smith is a Research and Analysis Director of the European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats in Helsinki. She is currently also a visiting professor at the College of Europe in Bruges. She is an expert on hybrid threats, Russia, Eurasia and Great Power identity, with research interests which include security studies, international institutions, EU-Russia relations as well as regional and Nordic cooperation.

Louise van Schaik is the Head of Unit EU & Global Affairs, at Clingendael Institute and she coordinates a research programme in the theme of climate change and sustainable development. She has extensively analysed the EU's performance in multilateral bodies and has developed research in the themes of European Union's foreign policy, climate change and energy policy, scarcity of natural resources and green growth. She holds a PhD in Political Science from the Catholic University of Leuven.

I take this opportunity to kindly remind our guest speakers that they will intervene and address the topic for approximately 15 minutes each, so that then we can benefit from 30 minutes period of debate. I would also reiterate the request already done to our guest participants to use the chat function for your comments and your questions and I will be happy to hand them over to our panelists.

Just to make a very brief positioning of the topic discussion in the context of current EU initiatives. One could say that from an institutional and procedural point of view, Europe has come a long way. It has come a long way since the presentation of the Global Strategy, reflected on initiatives such as the European implementation plan for security and defence, also the European Commission's Action Plan and the Defence Package attached to it, which came to link civilian and military capabilities development to research and (imperceptible). Also, the launch of the Strategic Compass, that various speakers have alluded to before, will create an expectation of a more strategically guided approach to security and defence. This will stay for the years to come. All these initiatives of course translates Europe, which is a Europe still focused in values, but also a Europe which is interests-based. This means that it has acquired, or at least states, a geopolitical stance, and a geopolitical stance that is not necessarily centered on political concentration, but on

a set of collaborative wills in security and defence, from member states, from European institutions. A will that relies on the strong drive of the European Commission, that relies on a well-developed (imperceptible) architecture, with (imperceptible) and service.

Also, a project which is focused on technological and digital lead, but this is not the end of it. Of course, all of this depends on something which has already been referred to, and it means a more resilient Europe, a Europe that is able to set forward better public communication, better knowledge, better information, better cooperation, notably among the intelligence community, so that Europe can effectively take hold of a more accurate threat assessment and effective collective actions. So we need to know what do we want and how to do it. Let us hear our guest speakers, and I will immediately give the floor to Gustav Lindstrom, if you please, Gustav.

Gustav Lindstrom, Diretor do European Union Institute for Security Studies

Thank you for the kind invitation. My remarks will center around five brief points, of which the first is a background point:

1. The ‘new’ threats on the horizon are not always new. There is already a long list of known threats and global challenges. Some of these may inadvertently be perceived as ‘new’ – especially if they are not well-known within a specific policy community. Rather than being ‘new’, they have already emerged or are re-emerging with new wrinkles. In recent time, a number of non-traditional challenges were also ‘securitised’, leading to their labeling as new. This partially explains the growing reference to health security, food security, water security, and strategic minerals security as new threats and challenges. At the same time, some threats are evolving, presenting new threat dimensions and challenges. Examples include hybrid and cyber threats. I will defer from speaking about hybrid threats as I know that our next speaker will cover this in great depth.

2. Even if many of these ‘new’ threats might be considered as ‘old wine in new bottles’, their implications in the present day can take new forms and be more wide-ranging. In a world trademarked by greater connectivity and increasing reliance on technology, the risks posed by these threats and challenges are more significant. Looking ahead, two areas that are likely to require more careful calibration of responses include the:

- a) *Security implications of emerging disruptive technologies.* Developments in disruptive technologies (such as in 5G, big data, and AI) are mutually reinforcing. Beyond bringing many benefits, their combined effect can also disrupt our evolving societies, especially as they transition towards smart cities, smart transport system, the smart grid, etc. In particular, more attention is needed to gauge the security implications of the Internet of Things, the governance of AI / Quantum Computing, and the effects of additive manufacturing.
- b) *Battle of (governance) narratives* – As the world navigates the COVID-19 pandemic, a battle of narratives is increasingly discernible across countries with varying

political systems. At heart is which governance model is better equipped to deal with today's global challenges such as pandemics. Leaders are arguing their case along different dimensions, and this battle of narratives comes at a time when autocracies are in the majority for the first time since 2001. According to the 2020 Democracy Report by the Varieties of Democracy Institute, 92 countries were categorised as autocracies in 2020, representing 54% of the global population. For Europe, this calls for a proactive defence of its values and principles, especially as many undecided countries watch this 'battle' from the sidelines and wonder which governance model to follow.

3. Two principal trends are visible in the context of 'new' threats for European defence. First, European defence capabilities increasingly need to plug and play with other / non-military packages to address the wide-ranging implications of these 'new' threats – in particular when it comes to cyber/digital challenges, hybrid threats, and climate change. Second, the military contributions in response to these 'new' threats may take unexpected forms. For example, such contributions may take the form of complex evacuation operations, monitoring operations, strategic transport operations, operations to sustain communications, and the provision of medical equipment to specific locations, etc. While this is already happening today, it may be more prevalent in the future.

4. European defence currently evolves through a combined bottom-up and top-down approach. The bottom-up efforts are reflected in the (not so) new defence initiatives such as the Coordinated Annual Review on Defence (CARD) and Permanent Structured Cooperation (PESCO). The first CARD report was recently delivered and it highlights 55 new opportunities to collaboratively develop defence capabilities across all military domains [Land (17); Air (14); Maritime (12); Cyberspace (3); Space (4) and Joint and Enabler (5)]. From a top-down approach, EU member states are spearheading the two-year Strategic Compass process to reinforce European strategic coherence. It covers four distinct baskets and will provide further politico-military guidance vis-à-vis the EU's level of ambition.

5. Addressing these 'new' threats and challenges requires a mix of different tools over sustained periods. An indispensable component is collaboration and partnerships, including with stakeholders such as the private sector. Looking ahead, the evolution of concepts relating to multilateralism, multistakeholderism, and strategic autonomy / dependence (to name a few) will play an important role in determining how Europe collectively addresses existing and re-emerging threats and challenges.

Hanna Smith, Diretora de Planeamento Estratégico e de Respostas no *Hybrid CoE – The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats*

(texto transcrito da intervenção da oradora)

Thank you very much for the invitation. It is a big pleasure to participate from Helsinki. I would have loved to be in Lisbon, but perhaps next year will allow that to

happen. Also, I am very pleased to be in this panel, with the topic of new threats. For me, it starts to feel that hybrid threats are perhaps not anymore a new threat. But I think there is quite a lot of work to be done.

I will be perhaps repeating some of the things that have been already said, which Gustav brought up, but packaging, I suppose, some of the things a little bit differently. I kind of agree with the fact that one can say that hybrid threats possibly is a phenomenon that has existed. However, I think that even old wine in new bottles can be seen as the wine changing inside the bottles. So, the longer you have wine in a bottle, the more you know it changes a little bit its characters, its taste, etc. And the reaction also changes, depending on how old “the wine” is.

And that would be perhaps the way I would relate this to hybrid threats. It is something that we know exists, like wine, but we do not quite know what, or how it tastes, at times not even what colour it is when it comes out of the bottle, etc. So, it is a much more surprising way. Why are we then talking about a concept of hybrid threats? Don't we have already many different concepts which would describe the situation, since this type of interference or comprehensive meddling, if you like, has existed?

There is a point and that is, the person who is quite often mentioned as a father of the concept of hybrid warfare at least, Frank Hoffman, has very often pointed out that new language and new terms help us in thinking differently and quite often also characterising what is in fact the new issue here, that we do need to be taking into consideration and not just laying back and saying it has been always here, so we know what this is. So, the new lexicon captures the changes better than just trying to find the right word. That is why I think hybrid threat is a quite useful concept in fact.

Then it is good to question how are hybrid threats relating to European defence? Our name, our centre's name, is European Centre for Countering Hybrid Threats, so it uses “counter”. I think NATO uses “deter” much more. So, the fact that the defence part, specifically from the military point of view, is not always either fully clear. Then we also use a certain vocabulary. If we put hybrid threats into a context, obviously that needs to be the twenty-first security environment. I think I do not need to now go through the different changes that have happened, because I think Gustav quite well put the technological changes and the parameters that are changing around us. The fact that there is a great power competition, but also a lot more actors around us, brings me basically to the point of what is in fact new, relating to the hybrid threats. We have had foreign interference, foreign influencing in a malign way. We have always influencing, but influence can be good also if you know who is behind it, what do they want with it, and possibly what type of a means they are pushing their influence with. It is not so good if you do not know who is behind it, you do not know what they want, and even what type of a way they perhaps are pushing their whole agenda. In that way, the big question here definitely is that throughout the history of international politics, there has been a lot of influencing, back and forth, even sometimes questionable means.

So, what is in today's environment new, and perhaps, why the need for this new concept of hybrid threats? First of all, we do have a new set of tools. The digital age,

the technologies, all those mentioned before, adding a variety of different tools, which allows creativity to take the upper hand. Technological solutions that we have seen as a kind of positive development pushing us forward, making things possible that were not before, efficient, and so on. If you turn the tide, you can use those technologies in a malign way. It gives you a lot of variety. If you connect that together with everything that has been old, then the mixture is starting to get quite challenging, only because it is so much. New platforms have emerged, a different type of speed, aided by the technology of information, but anything, travels around the world. This means also that if there are new tools and new creative ways of using both the digital platform, technologies, etc., we would need also new rules, or even laws, which might not exist yet.

Then comes the question of now we need to interpret the old threats, or that there is a gap, and this is of course an opportunity for an actor who wants to interfere in a malign way. The number of things (imperceptible) is another fact. Everything is basically more, whether it is information, connections, infrastructure. Everything is more, more to handle everywhere, all the time. That obviously also blurs the situational awareness quite easily, because how, in this big area, you find the things that are important, and the relevant factors needed for the prioritisation that Gustav was talking about?

Then the goals are also almost era related. How do we define the goals of the actors behind the activity? We are very much talking about authoritarian states versus democracies. So, if we could find the goals of the actors behind that and consider that there are two different types of strategic cultures clashing in today's security environment; that there are other overarching goals – nobody really declares that “yes, we in fact want to overturn the democratic regimes to become authoritarian ones”, rather the issue is put onto a very complicated scene, and therefore it is very difficult to respond without doing a mistake, to escalate, and actually drive yourself into the corner, which is very difficult to come away from.

Also, the fact that there are more actors is a new aspect. During Cold War, there were two camps, fewer state actors, rather easier to navigate in that place. Now, we have both state and non-state actors. We are not 100 percent sure of all the state actors, the connections between the state actors and the non-state actors, and the more independent non-state actors. This is definitely something that has given rise to a lot of concern also.

The different network possibilities through the connectiveness of today's security world is something that can be said that it is new. So, in that way, looking at hybrid threats as today's threat challenge, is the fact that we need to recognise the old that is there, but we also need to recognise the new. Only putting these two together we are able to answer most effectively to challenges.

So, what are then the characteristics of the hybrid threats? I know that many still want to have the definition – I am a strong advocate of not having it – but let us try to understand the whole phenomenon, characterise it, and then we can set it into the contexts where it can be helpful for us, whether it is relating to foresight or situational awareness or different types of analysis. So, we need to remember that the characterisation has multiple different aspects. To simplify, I am going to talk about 5 now, but this is not an exhaustive

list. Multiple synchronised tools, which actually create linear or non-linear effects, is a classic, I think. Also, the fact that creating ambiguity, covert and plausible deniability, and trying to hide the true intent is also proven quite effective when it comes to those actors behind hybrid threats. Deliberately finding different thresholds to manipulate and also different borders between what the US calls “grey zones” – grey zones between war and peace, grey zones between internal and external, grey zones between virtual and physical, etc. And then of course the big issue and one of the main or core issues why we say this type of action is very much the battle between authoritarian and democratic states is that most of the things that we have seen are really targeted to democratic states who have some systemic vulnerabilities.

So, to find the issues that you can target, that you are allowed to turn against that to the society where they exist, and then to find the different jurisdictions, whether it is individual or most local or state or international. The fifth point here is using decoys so that the action in one place and target in fact is somewhere else. You concentrate on looking at the action in one place, while something else is happening somewhere else, or that in fact that action in one place has larger consequences, so that the intent you believe is not correct. Therefore, your response might be wrong. It might affect the situation on the ground, but it does not affect the larger impact of what is happening.

Therefore, one could say that when we are talking about hybrid threats it is a Western concept, to describe the twenty first century security challenges, that really aims at mixing our decision-making algorithm. So, when we come to that, we have to make the question exactly: how to defend that? If we are in fact on defence, the idea is that someone is trying to push us to make wrong decisions, which are harmful to ourselves and undermine ourselves. How do we defend ourselves against that? And not only that because the whole issue can have in fact a concrete destructive effect. In the worst case it can also spiral into warfare. I think the argument we have put forward relating to understanding hybrid threats is very much the fact that we need to be leaning towards a new security paradigm, whether it is relating to or perhaps inside of this new security paradigm. The Strategic Compass could be very useful, in fostering and building resilience. How to do that in defensive manner, but at the same time, precisely in the current security environment, without escalating? That is not necessarily in the end an easy task. So, the problem, that might sound relatively simple, then, when you are starting to look at the solutions, starts to get complicated again.

So, we often talk about the whole of society approach – that was very much what was touched upon earlier. Taking into consideration the private and the public, but also then the societal aspects in different types of levels. The local is a very important factor. We have several examples of activities related to hybrid threats that have posed challenges at the local level, then becoming more violent and challenging the state and even alliances.

Civil-military cooperation: Yes, it exists in many countries, but it must be considered in a new way. The countries where it does not exist need to have that. This is again the challenge both inside the European Union and even in NATO – different countries are in different spaces when it comes to the situational awareness, the way the country has

been organised, the traditions, etc. The things that work in one context do not necessarily work in others, so there cannot be this one size fits all solution, but there has to be some kind of a national and international solution around these topics like the whole of society, how does that work, also the civil-military cooperation, how does that work in different national and international contexts?

Then we need to consider the new domains. We are not thinking security and specifically not defence aspects when it comes to culture, for example, or even if you break down the societal aspects like the health sector, or the educational sector. That has not existed in the security studies for example. But this is now clearly a trend and tendency that we need to be considering. No domain is outside of the new security paradigm. We do need to learn from each other more, listen more, because without understanding each other inside the same community, we are not able to defend ourselves whatever the threat would be, I would argue, not only inside of the landscape of hybrid threats, but in a margin. Information exchange must be there.

And then finally the ecosystem approach, meaning that, even if this is a known factor, we are very much still thinking internal and external perhaps a little bit too separately; we are thinking of the political separately from the military, etc. So, there is that silo approach, still. Trying to even secure one area or one place, but in this type of security environment that we are living in and the way how hybrid threats seem to be a challenge for societies, that type of approach which only secures different domains separately is not going to be effective. So, this ecosystem approach needs to be there. I think I am going to finish here, to say that even if the ideas behind the hybrid threats are not new, we need to be viewing the situation anew, because it is happening in our time, it is happening to us, and it is happening in a different type of security environment than it has been before. Thank you.

**Louise van Schaik, Diretora da Unidade *EU & Global Affairs*,
*Clingendael Institute***

(texto transcrito da intervenção da oradora)

Thank you Isabel and thank you for inviting me. It is a real pleasure, even though the Institute is known for security research, my traditional background is more EU, external action and soft issues on climate change. Nevertheless, I was quickly drawn into the climate security debate and have followed it closely for many years, so this is also what I will be talking about.

So, I wanted to talk about climate security and how it is being perceived in the EU and I wanted to talk also about why the new enemy, climate change, is relevant for the defence sector and how we should think about this factor, and then close with a few remarks about responses that are already ongoing or could be revisited.

So, the debate on climate security is about 15, 12 years old. It started with the recognition that climate change was increasingly a threat multiplier, and this was already recognised in the EU security strategy but was also later worked out in greater detail in a paper by Javier Solana and the European Commission and then more permanently in

the EU Global Strategy. Nowadays this notion of climate change as threat multiplier is being discussed again, because expertise in the climate security nexus is still very much a Euro and Western dominated concept. This is something that can be witnessed very much in this debate, with climate security still often considered in hard security circles as an issue that concerns others faraway, but also as an issue for the future, with a gradual realisation emerging that climate related security risks are already ongoing today, are already impacting us, and are also impacting us in our own territories.

So, what are we talking about when we talk about climate related security risks and why are they relevant for the military? Sometimes in military circles, people ask: 'Wait a minute, is climate change an enemy? We thought it was Russia that was a systemic rival or a threat or aggressor'. But of course, it is a different kind of threat. It is more of an indirect threat and it often accelerates security situations that are already stressed, that are already a risk by other factors, which means there is also an interpretation by governments.

First, climate change accelerates situations of extreme weather. Not all disasters are climate related, the earthquakes are not, but some of them, floods, hurricanes, are occurring more often and with a higher intensity because of climate change and that also increases the course/goals for other humanitarian disasters response measures, so very often the military is called to help.

To give you a very permanent example from my own country, the Netherlands, in 2018 there was a very intense hurricane, it completely destroyed one of the Dutch islands in the Caribbean, the Island of Saint Martin. The hurricane came straight over it and the entire island was basically devastated, including the airport. What also happened was that the island is partially Dutch and partially French, which meant that not only were lives at risk and human security was endangered, but law and order issues also emerged, so people started to move out, they did not feel safe anymore. There were shots on television about hotel owners who were guarding their properties and it was very clear for the Dutch army, suddenly had to go there. Of course, there is a military presence in the region, but even ships had to come from the Netherlands to go there and help, despite not being able to initially contact local authorities. That was really a wakeup call that extreme weather events can have a direct impact on their own for the Netherlands.

But extreme weather can also occur in other countries: in the West there is a lot of examples of floods, with the military bases in Norfolk or the hurricanes that almost destroyed bases in Texas but also in northern countries where the weather can be very rough. There have also been droughts in several countries in the EU, but unlike the US we do not know very well how our military installations may be affected by climate change and by differences in extreme weather.

But then we also have climate changes which is a slower onset event, through gradually creeping increases of temperature, desertification, droughts, floods, the gradual sea level rise, which is more complicated to link to migration patterns or conflict situations. For instance, if you consider the polar region and the pressure over natural resources, which is aggravated by climate change, that is also impacting the battles between herders and

farmers, who compete over the same resources. If a military mission enters and uses ground water that is as valuable as the food at the local market, it might even aggravate the situation. But by understanding the situation and how it adds pressure, it may be possible to adjust interventions and ensure they are not focused on ethnical divides, while finding entry points that bring the people together or provide shelter for projects that focus on improving the situation over natural resources management and provision.

The issue of climate change can also have huge geopolitical implications. The most prominent example is the Arctic region. In the Arctic, because of climate change, and because of climate changes occurring there twice as quickly as in the rest of the world, new sea lands become available, access to resources, scarce minerals, oil, gas reserves, but also more fish, because if the water is warmer apparently the fish can go higher and there is more fish available. Clearly, we can already see in the Arctic that this leads to tensions, because as these new water routes become available, it is not clear who is responsible, who is in charge for that, and also with regard to the natural resources bellow the Arctic sea, it is not clear who owns this territory. There is a legal case ongoing, we will only know the verdict in 10 years, and it is all very unclear. So, there is quite a bit of issues where we can already see the military build-up, we know from the Cold War period that was a very sensitive region in the world. It is also an area where the EU has been very reluctant to engage, from a more geopolitical perspective, but now, of course, in the Commission's work program it is indicated that in 2021, a new Arctic strategy will have to be developed that includes this dimension. I am curious to see if European security and defence policies will also be going to explicitly consider, in the future, the Arctic and what it could mean. We know already there is a lot of military exercises ongoing there, but not yet EU efforts, so I am really curious to follow this.

Other geopolitical implications of climate change can be, for instance, low-lying islands disappearing. Consider for instance the Asia-Pacific military naval base of the US on the island of Guam, which is basically literally going into the sea. Then the final point is about these assets, how climate change really affects military operations and how extreme weather at home and abroad affects if you operate in these settings, based on risk assessments, and your early-warning instruments.

In a study we did for the Netherlands Ministry of Defence, we looked at how 11 militaries of different countries included climate change aspects into their policies, and we found different stages to watch and be considered. The study is called "Ready to take off" and is available on our website, and it was really about interviewing military officials from different countries, finding some countries were starting to engage with climate security, while others less so. For instance, France, among EU countries, is really incorporating climate security thinking in its strategies, but is also considering the military's own contribution, in terms of emissions. What we now see in the EU context is that Ministers of Defence have started to discuss climate change, it has been introduced as an item by Luxembourg.

Discussions are being held now. We are awaiting a new plan on climate change and European defence. I am very curious to see if the focus will be primarily on integrated

climate change and risk assessment, early warning and maybe the military capabilities affected by climate change, or if it will also include the military's own contributions to climate change by means of emission reductions. That will be what I am really curious about.

Then at the UN level, there have been quite some debates, and Area formula debates, informal debates, on the climate security nexus. Climate change has been recognised as conflict risk factors in several resolutions, for instance on Lake Chad, also West Africa, the Horn of Africa, other regions in the world, other countries. There have also been included emission mandates of the UN, and also a climate security mechanism has been established. What has not happened is a general recognition of climate as a security risk factor. There is still opposition among some of the permanent Security Council members to include climate change as a risk and there is also still the argumentation that climate change should be dealt with in the United Nations Framework Convention on Climate Change, and not primarily at the UN Security Council. A climate security mechanism was established in the UN with people from the DPA, UNEP and the UNVP. They are also trying to fill in this work that could be done on climate security across the UN system.

So, I think that's very promising responses. What we still miss is a bigger insight on how climate change affected these military capabilities and not only in the US and in the EU, maybe also from other big powers, China, Russia, Brazil, maybe Egypt, Turkey. Countries with big military forces, how are they impacted by climate change? We miss really good information on the own contribution of the military to climate change, the carbon emissions. We know sometimes there are synergies because military emissions are usually very vulnerable also for the oil and diesel supply lines. So, if you replace it with renewables you also reduce the risk for battle-related losses. But that is probably not enough motivation, there needs to be a bigger vision, also related to military research and development. You know the military is a death bed for low carbon technologies. I know that General Middendorp has a lot of ideas in that respect.

To round off my contribution, we just published a short paper, an alert, on whether we should be concerned about the military and climate security. Because I think for the defence sector, for the military sector, it is also very important to realise that there is still a lot of opposition towards the military becoming engaged in climate change. The military itself is sometimes arguing: should we be concerned about this soft, in the future, and faraway issue? There is also opposition from the development sector and climate people who fear that if the military becomes involved, this will, for instance, allow for military intervention, that there can be a misuse of this agenda. This was the case with President Assad in Syria, where protests were largely driven by climate change. So, they are afraid that the climate security agenda can be misused for other agendas.

If I speak to climate technology specialists and I ask them about military R&D and technology, it is just not on their radar. The whole debate on climate change is about the big fossil industry that has to transform into renewables. So, the military sector and climate change community are still, in a way, worlds apart and I think there is a lot of scope to improve that. There is also a lot of misunderstandings and fears that are

not being made explicit. It would be useful if a bit more of a real dialogue and also more exchange of lessons learnt because what I recognise in the work that we do in the context of the Planetary Security Initiative, which Clingendael is leading, and also in the International Military Council on Climate and Security, is that a lot of the work being done by humanitarian organisations who are concerned for instance about their water use in the field or the renewables in refugee camps, are very similar to the questions that might also apply for military emissions. But these worlds do not always learn from each other or exchange thoughts on these issues. I think I have taken enough of my time. Thank you and I look forward to discussions and dialogue on these issues.

Resumo do debate

The discussion over new security threats needs to be framed, in equal measure, by the challenges that Europe might face in the short, middle, and long run, and by the tools and approaches it might use and adopt to best face them.

On the matter of challenges, the ongoing battle of narratives has quickly escalated on the agenda. The EU has slowly begun to recognize the toll that competing or diverging narratives can take on third parties, despite the fact that its own initiatives have been essentially generated as a reaction to developments led by other actors. This has become most evident when diplomacy was used during the height of the pandemic to try and influence how a given country could or should be perceived externally (e.g. masks diplomacy and China). In comparison, the EU initially sought to present its own efforts as more supportive and collaborative, but was impacted by self-imposed restrictions of movements and travel, which affected pre-existing perceptions of openness and freedom within the European space. This issue of geopolitical narratives, on the other hand, is also closely linked to a rapid increase in disinformation activities taking place in multiple forms and shapes. Even though interference and influence operations do not necessarily comprise novel domains, as they have always been closely associated in the past to competition in international politics and status-recognition agendas, the tools made available for those purposes have expanded considerably as of recently, in tandem with a changing security environment.

In order to better deal with an expanding gamut of threats, the EU is therefore required to increase its own internal political mobilization. This has been best reflected in terms of a stronger recognition across EU institutions of the importance of looking forward, investing in strategic foresight, and ensuring that such exercises are closely in tune with recurrent policy cycles (e.g. the work surrounding the Strategic Compass). Operationally, there is also ample room for increased collaboration between Armed Forces, gendarmeries and civil protection forces, when confronted with unexpected emergencies or natural disasters.

Externally, the same lessons should apply in terms of better inter-organizational cooperation, namely EU-NATO relations, and particularly in regions where strategic interests align more closely. In this case, the combination and proliferation of organized

crime, violent conflict, health emergencies, water and food shortages, and ultimately complex emergencies, in such hotspots as, for example, the Sahel, may warrant enough cause to consider closer initiatives over the use of joint capabilities (e.g. transport). Even though EU-NATO interests in Africa have not always been necessarily straightforward, the EU already finds itself in a position of leadership in the Sahel through multiple CSDP missions and cooperation projects on the ground, which would allow to make good use of hard and soft security tools so as to assist in implementing a truly holistic and comprehensive mandate. However, deconfliction of existing operations and a clear delineation of roles would also be required before any new EU-NATO framework were to be put in place.

IV – Uma Economia da Defesa Europeia Inclusiva e Eficaz

João Neves, Secretário de Estado da Economia

(texto transcrito da intervenção do orador)

Minhas Sras. e meus Srs., este é um ambiente diferente daquele que nós estamos habituados, de uma interação e maior proximidade e com estes problemas técnicos que sempre acontecem nestas circunstâncias. Mas, obviamente, é um prazer estar convosco, pedir desculpa pela impossibilidade de presença do Sr. Ministro da Economia, e afirmar que obviamente é com todo o gosto que aqui estou e participo nesta sessão que espero que depois produza um debate, no final, em que possamos partilhar experiências e colocar questões que nos assistam.

Como sabemos, a relevância da Defesa para a economia não é um tema novo, atuando como catalizador do desenvolvimento tecnológico e da inovação (imperceptível), com um papel crucial na digitalização da economia e tudo o que são mudanças do ponto de vista tecnológico e com repercussões, não só nas cadeias de valor adjacentes, mas também noutros setores através de sinergias transversais a todo o tecido económico.

No entanto, as dinâmicas geopolíticas observadas na última década, têm dado uma motivação acrescida para que os países, a uma escala global, estejam mais interessados em investir na área da Defesa e em entrar neste mercado, que é um mercado muito competitivo e de elevada exigência, levando a um aumento significativo da procura. Por outro lado, no contexto de tensões geopolíticas, que nesta última década foi também exacerbado e a importância da Europa ter autonomia estratégica, mesmo no contexto da Aliança Atlântica, motivam também esta mudança substancial daquilo que é o posicionamento dos países neste contexto.

Aliás, a aprovação da Estratégia Global da União Europeia e do Plano de Ação da Defesa Europeia, de 2016, levou a que a União Europeia reforçasse a importância de introduzir a economia da Defesa no seu plano e método estratégico, e de trabalhar em projetos de natureza colaborativa, dando assim passos significativos para a criação de um mercado mais unificado na União Europeia ao nível da Defesa.

É neste âmbito que está a ser desenvolvido o Fundo Europeu da Defesa, com [uma posposta de] 13 mil milhões de euros dedicado a esta dimensão, entre outros fins, e que visa precisamente aquilo que eu vos estava a referir, ou seja, potenciar aquilo que são as possibilidades de uma autonomia estratégica da União, dirigido, portanto, ao fortalecimento da sua indústria, aumento da competitividade e naquilo que são os vetores essenciais desta melhoria de competitividade, que são, nos dias de hoje, mais inovação, mais transformação em valor económico do conhecimento acumulado e interação do ponto de vista dos diferentes agentes, ou seja, mais colaboração empresarial que permita construir cadeias de valor mais integradas na indústria da Defesa.

O objetivo da União Europeia e dos Estados Membros é, assim, o recurso preferencial às tecnologias de duplo uso, isto é, aquelas que podem ser comuns à área da Defesa e outros domínios de natureza civil, na mesma lógica de outras políticas industriais, nomeadamente, com os Estados Unidos que desenvolveram em décadas

passadas e que continuam a ter presente na sua estratégia global, e que, portanto, ao serem comuns, refletem a possibilidade de uma cooperação acrescida entre diferentes agentes económicos de diferente natureza, e, portanto, alimentam um mecanismo de fertilização cruzada daquilo que são as dinâmicas da inovação associadas às mudanças tecnológicas.

Esta tendência está refletida, por um lado, naquilo que é a Cooperação Estruturada Permanente, ou seja, naquilo que são os designados Projetos de PESCO, que visam precisamente o aprofundamento da cooperação no domínio da Defesa, desenvolvendo capacidades e disponibilizando-as para as operações militares da União Europeia. São projetos associados à indústria, mas em quais as PME's têm também uma participação que se define como estratégica e relevante.

No que concerne a esta indústria em Portugal, e tal como vem sendo referido, trata-se de um exemplo para os restantes setores da economia com características que são fundamentais e estratégicas para um desenvolvimento estrutural. Sendo inovadora, geradora de emprego altamente qualificado e particularmente virada para os mercados internacionais, ou seja, para uma dinâmica de exportação dos produtos e serviços que lhe estão associados.

Ao ser uma indústria tecnologicamente muito evoluída e, portanto, com valor acrescentado tendencialmente alto, e onde os produtos são na sua esmagadora maioria destinados à exportação, este desenvolvimento desta indústria é composto sobretudo por pequenas e médias empresas, em que contamos com um crescente número de entidades que têm cada vez maior peso no PIB nacional – estamos a falar de qualquer coisa muito próxima dos 3%, quer pelo desenvolvimento do seu próprio setor, das suas estruturas próprias, quer por empresas que são integradas a montante.

Se nos últimos anos Portugal tem conseguido convergir com os restantes Estados Membros da União Europeia e concorrer e afirmar-se nos mercados globais pela qualidade e especialização dos seus produtos e serviços, muito terá de agradecer a setores como este.

Como podemos ver nas estatísticas das contas nacionais, a área da Defesa exportou entre 70 a 90% do seu volume de negócios, tendo, desde 2014, registado um aumento significativo do valor acrescentado bruto, que aliás, é superior àquilo que é também a evolução positiva do conjunto da economia nacional, estimulando atividades associadas, como a construção de moldes, a produção de equipamentos, ou até, de setores menos próximos do ponto de vista tecnológico, como seja o setor têxtil.

Talvez a relevância da economia da Defesa não tenha tido ainda o devido reconhecimento ao longo destes anos, provavelmente por se tratar de um setor mais recente do que os setores mais tradicionais na nossa especialização produtiva, mas eu julgo que temos que estar todos conscientes de que a nossa indústria não se dedica apenas à produção de bens letais, que é uma dimensão que, eventualmente no imaginário, é mais próxima daquilo que nós designamos como a indústria de Defesa, mas de componentes para as cadeias de fornecimento, seja da aviação, sejam os equipamentos de proteção e, portanto, são produtos com elevada incorporação de tecnologia que abrem portas

para novas áreas de conhecimento, como a ciberdefesa, o Espaço e a robótica, e que geralmente são adaptadas para as realidades de natureza civil.

Aliás, nós temos um conjunto de empresas que trabalhando, por exemplo, no setor automóvel tendem a passar para indústrias ao nível da Defesa, de uma forma larga, aproveitando aquilo que são os conhecimentos já incorporados e tentando construir novas soluções para produtos mais complexos que estão sempre associados àquilo que é a dimensão dos produtos da indústria da Defesa.

Um exemplo, julgo que particularmente ilustrativo desta evolução, foi o KC390. Tornou-se no maior projeto aeronáutico em que Portugal participou. É um avião de transporte militar produzido pela Embraer, com uma participação de componentes nacionais muito significativa, e que envolveu um investimento público muito apreciável, à volta de pouco mais de 80 milhões de euros, e a cooperação entre diversos centros de inteligência e investigação, e mobilizando ainda cerca de 350 postos de trabalho, em empresas nacionais, como a OGMA e em que o CEiiA participou de uma forma muito ativa.

Enfim, conscientes deste valor da indústria da Defesa, o programa do Governo reafirma a economia da Defesa como um momento estratégico para a economia nacional, no âmbito da evolução que pretendemos fazer nos domínios da inovação, da investigação e desenvolvimento e da internacionalização e, portanto, em que a criação e a adequação dos processos de gestão, de cooperação e de participação no mercado único podem ser catalisadores de mudança estrutural e de acrescentar competências, não apenas a esta indústria, mas de uma forma transversal àquilo que são as indústrias que estão viradas para os mercados internacionais.

Assim, e reconhecendo a importância das dinâmicas associadas à política de (imperceptível), foram celebrados em 2019, no ano passado, entre o Ministério da Economia e da Transição Digital e o *cluster* AID – Aeronáutica, Espaço e Defesa, um pacto setorial para a competitividade e internacionalização que, precisamente, visa definir um conjunto de medidas e ações de forma concertada, de dimensão estratégica, que possam promover a competitividade do setor e reforçar as suas capacidades de resposta aos desafios atuais. Objetivos que serão possíveis, não só pelo crescimento significativo do investimento, mas também da utilização de processos mais colaborativos e direcionados, para que as empresas consigam chegar a novos mercados e criem assim oportunidades de negócio que permitam alavancar aquilo que são as suas competências e a qualidade dos seus produtos.

Este *cluster* é um *cluster* que conta com 58 associados, tem um nível de exportação muito significativo, muito próximo dos 90% do volume de negócios daqueles que estão associados ao *cluster*. Neste âmbito, importa também destacar o trabalho desenvolvido pelo idD – *Portugal Defence*, representada neste painel pelo Professor Marco Capitão Ferreira, que saúdo, e que tem atuado como plataforma de indústrias nacionais, com um papel importante na execução de políticas de Defesa e que visem assegurar precisamente o interface entre a economia, os centros de investigação, e que possam ser responsáveis pela implementação de uma estratégia de desenvolvimento da base tecnológica e industrial da Defesa que é composta por centenas de PMEs que atuam em diversas áreas industriais.

Eu julgo que é muito importante assegurar que esta estratégia seja uma estratégia com capacidade dinâmica e que esteja em linha com os projetos europeus e, portanto, permita assim criar emprego qualificado, criar maior valor acrescentado e difundir pela restante economia o estímulo gerado pelos investimentos na área das indústrias da Defesa. E é precisamente importante que nesta articulação das cadeias de valor, em que estão presentes empresas de dimensão muito diferenciada, que a participação das pequenas e médias empresas permita ser virtuosa e que, portanto, seja puxada para o centro daquilo que são esses processos de natureza colaborativa, permitindo assim ganhar as bases para uma escala diferente da participação das nossas empresas neste esforço comum.

E infelizmente, obviamente, como todos sabemos estamos num contexto muito difícil neste último ano. É uma experiência para todos nós, uma experiência que poucos, enfim, poderiam imaginar que iriam viver e, portanto, estamos num contexto obviamente de grande dificuldade para alimentar processos de natureza estrutural, como aqueles que nos animavam nesta dimensão de fortalecer a indústria da Defesa, precisamente, porque a pandemia também tem um impacto, apesar de ser um impacto diferenciado ao nível dos diferentes setores económicos. Neste *cluster* das indústrias de Defesa, as consequências são muito significativas, tanto ao nível do consumo, como da produção, como do emprego e, portanto, influencia muito o ambiente de negócios e o ambiente que nós podemos ter como um ambiente propício à concretização de investimentos.

Isto, obviamente, implicou um repensar daquilo que são os caminhos do futuro e da própria sociedade na sua organização mais global, porque o impacto da dimensão da pandemia que hoje estamos a viver, claro que não é apenas um impacto de natureza conjuntural, ela tem uma dimensão conjuntural muito precisa e muito forte, mas ela pode alimentar e permitir conceber mudanças de natureza estrutural que estão associadas precisamente à sua própria génese e à sua própria natureza. Ao que tudo indica, a resposta que nós temos que organizar a uma escala global, mas também em Portugal, tem que ser uma resposta concertada, e aquilo que a União Europeia tem tentado concretizar são mecanismos que permitam que os diferentes Estados Membros tenham uma resposta que é uma resposta com força.

Também bem sabemos, o debate europeu é um debate difícil, os últimos dias estão aí para demonstrar esta dificuldade de concertação ao nível europeu, mas eu julgo que é muito importante sublinhar que estamos numa fase de transição para um novo quadro comunitário de apoio, no quadro financeiro plurianual que se vai iniciar no próximo ano e também para o programa de recuperação europeu, que eu acredito que nós vamos poder ultrapassar as limitações que temos tido nestes últimos tempos, para o pôr em marcha. E, temos pois uma próxima década em que, pelo menos no ponto de vista dos recursos associados aos fundos europeus, nós vamos ter um volume muito significativo que pode ajudar a construir uma indústria de Defesa mais forte, mais alicerçada naqueles fatores que todos consideramos serem relativamente consensuais, à volta daquilo que é a valorização do conhecimento e da investigação e desenvolvimento e dos mecanismos de difusão desse quadro de referências para um valor económico que nós podemos ter nos produtos e serviços que podemos fazer. E, portanto, de algum modo, são recursos

que podem alimentar de forma virtuosa um crescimento mais inteligente, mais digital da economia portuguesa.

Em linha com estes objetivos, estão a ser desenhados, portanto, os esforços de recuperação e de reforço da resiliência da economia portuguesa, com uma estratégia prevista na versão preliminar que já é pública do Plano de Recuperação e Resiliência, e na qual o investimento em Defesa terá certamente um importante contributo a dar no período de recuperação pós-COVID, nomeadamente para a construção de uma economia mais rica em inovação tecnológica, mais qualificada e mais internacionalizada.

E deixem-me que vos diga, dentro deste Programa de Recuperação e Resiliência, o Ministério está responsável por aquilo que se designou agendas estratégicas para a reindustrialização, e em que esta dimensão de apostar em áreas que podem catalisar mudanças do ponto de vista estrutural é muito clara e em que, portanto, também a dimensão associada às indústrias de Defesa, de uma forma lata, pode estar presente com projetos estruturados que permitam contribuir precisamente, para essas mudanças de natureza estrutural.

Eu julgo que é importante também tirar proveito do potencial de crescimento que nós temos no setor, nomeadamente, daquilo que nos caracteriza e que nós exploramos de forma significativa na últimas duas décadas, que é uma enorme capacidade de engenharia de produto. Enfim, nós temos coisas que são mais interessantes do ponto de vista de aumento das nossas competências e, obviamente, coisas em que somos menos fortes. Há esta área da engenharia, mas em particular da engenharia de produto, é uma área que reconhecidamente nós somos fortes. Que orientamos para produtos muito diversificados. Obviamente, a indústria automóvel tem uma presença nas exportações industriais muito forte, seja ela por via da fabricação, mas sobretudo como indústria de componentes. A presença destes elementos de contexto ao nível das competências distintivas que nós temos são muito significativos, mas eu julgo que nós podemos explorar essa dimensão e aproveitá-la para outros produtos mais complexos de natureza concorrencial muito forte, como aqueles que são característicos da indústria de Defesa. E, portanto, aquilo que nós podemos com certeza aproveitar é o Plano de Ação da Defesa Europeia e a conjugação dos apoios previstos no âmbito do Fundo Europeu de Defesa e da Estratégia Portugal 2030, nos Projetos de PESCO, com as verbas que também do ponto de vista nacional estão adstritas àquilo que é a Lei de Programação Militar, que é um quadro de referência muito preciso, que neste âmbito é muito importante porque pode significar um quadro de estabilidade daquilo que é a previsibilidade económica associada aos investimentos, porque há também um quadro de previsibilidade daquilo que podem ser os investimentos de natureza militar.

E, portanto, eu julgo que é muito importante assegurar que exista uma sinergia entre os interesses nacionais industriais, adequando, precisamente, àquilo que são os apoios mais específicos à construção dos elementos de mudança estrutural que nós podemos construir a partir deles e, portanto, tirar partido daquilo que é, não apenas a estrutura de resposta interna, mas também a lógica de oportunidades industriais ao nível do mercado europeu, para que possamos fazer uma evolução na nossa indústria.

Nós todos temos claro, até pela natureza da crise que estamos a viver, que é preciso, quando nós estamos confrontados com dificuldades, fazer um enorme esforço de preservação das nossas capacidades porque se as destruímos é muito mais difícil o processo de reconstrução daquilo que são os elementos de acumulação paulatina, incremental, que as empresas e os centros de saber, normalmente, representam. E, portanto, obviamente que a recuperação da economia portuguesa tem que passar pela construção de um tecido industrial mais forte, mais desenvolvido, mais resiliente, com estruturas de capital mais robustas, que valorize mais, aquilo que são as competências distintivas do trabalho, que as aproveite ainda melhor do que tem sido possível fazer até agora e que se adequem às dinâmicas da procura.

Portanto, julgo que é muito importante a capacidade de, não apenas oferecer bons produtos e serviços, mas, sobretudo, os colocar em linha com as tendências da procura. E, portanto, porque se nós não tivermos capacidade de estar a fazer confluência entre aquilo que nós podemos oferecer ao mercado e aquilo que o mercado precisa, temos, obviamente, um desfasamento que é a morte daquilo que são os bons projetos de natureza industrial, como quaisquer projetos da nossa vida. Se eles estão desfasados, no tempo e no espaço, daquilo que são as dinâmicas da procura, obviamente, que temos muita dificuldade em valorizar, no mercado, as boas ideias que eventualmente podemos ter.

Eu julgo que é também muito importante a conjugação entre investimento de empresas que já estão presentes na nossa estrutura industrial e captação de investimento – uma dimensão que às vezes nem sempre é bem percebida e que eu gostaria muito de sublinhar.

Muitas vezes faz-se uma dicotomia entre aquilo que é a dinâmica dos agentes económicos internos e aquilo que é a possibilidade de captar investimento internacional, investimento de valor estratégico para o país.

E aquilo que nós, por vezes, temos experiência, mais bem sucedidas ou menos bem sucedidas, é da confluência entre aquilo que é a capacidade de interna, e aquilo que é a possibilidade de aproveitar a integração em cadeias de valor, que normalmente estão associadas ao investimento estrangeiro que nós podemos atrair para Portugal.

E, portanto, não apenas atrair em função de algumas qualidades específicas que temos, seja porque o preço relativo dos fatores em Portugal seja inferior àqueles que essas empresas poderiam ter noutros países, seja por competências específicas em determinados domínios, mas encontrar uma articulação virtuosa entre captação de investimento internacional e integração das cadeias de valor. E, portanto, potenciação daquilo que é o esforço das empresas já presentes, quer sejam de capital nacional, quer outras também de capital internacional que já estão presentes na nossa estrutura económica. E, portanto, neste contexto eu julgo que é muito importante que os instrumentos de política pública, que vão ser desenhados ao longo deste período, se articulem com aquilo que são as necessidades específicas destas mudanças. E nós, do nosso lado, do lado do Ministério da Economia, estamos muito abertos a uma espécie de cocriação dos instrumentos, também em função daquilo que são as necessidades específicas deste processo de acumulação que nós desejaríamos construir.

E, portanto, de articulação, não apenas dos instrumentos nacionais, mas também com os instrumentos internacionais, seja na indústria de Defesas, em específico, sejam aqueles que resultem do Horizonte Europa que vamos ter pela frente e, portanto, também do ponto de vista dos instrumentos, uma espécie de articulação virtuosa entre as várias dimensões, de maneira a poder permitir facilitar a dinâmica de investimento que nós queremos todos estimular.

Eventos como este são muito importantes para fazer esta conjugação entre os diferentes agentes, aliás, porque nas próprias circunstâncias que nós estamos a viver limitam muito a interação social e, portanto, a manutenção do Seminário de Defesa Nacional neste formato é muito relevante e é também um sinal de estímulo para este esforço que todos estamos, com certeza, a fazer e a manutenção das nossas capacidades e do nosso processo de acumulação de ideias, de projetos, da possibilidade de os pôr em prática no próximo futuro, e, portanto, o esforço de colaboração mesmo ao nível destes seminários, como o que agora tiveram a amabilidade também de me convidar para participar, é muito, muito importante.

E eu julgo que não posso deixar de, no final, vos dizer que é com muito interesse que acompanharei também no futuro esta dinâmica, porque eu acho que todos temos que contar uns com os outros, porque o espírito de colaboração na concretização de iniciativas, é um espírito crucial nos tempos de hoje, porque se no passado nós tínhamos estruturas, quer de nível empresarial, quer de outras dimensões, que tinham capacidade de elas próprias prosseguir, quase do princípio ao fim, determinados projetos, hoje estamos num tempo em que a colaboração é absolutamente decisiva e, portanto, qualquer coisa que possa ser feito com a vossa presença e também com a nossa, do Ministério, julgo que é muito interessante que o possamos levar para a frente e só desejo que o período anterior e o próximo, deste seminário, nos permita ajudar a construir um futuro melhor para todos nós e para o nosso país.

Moderação: Marco Capitão Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da idD – *Portugal Defence*

(texto transcrito da intervenção do orador)

Eu gostaria de acrescentar apenas dois ou três pontos que me parecem importantes para enquadrar melhor um ou outro aspeto, que aqui do lado da *Portugal Defence*, e eu sou tudo menos parte isenta neste processo, vemos como absolutamente fundamentais. Sublinhado pelo Sr. Secretário de Estado, a capacidade desta área económica que confronta a aeronáutica, com o Espaço, com a área naval, com a área da cibersegurança, é a sua capacidade de mobilizar, efetivamente, tecnologias para produzir produtos, mas também a sua capacidade para suportar a atividade das Forças Armadas, e não se faz uma economia de defesa sem uma parceria muitíssimo forte com os ramos das Forças Armadas, acolhendo as suas necessidades e compreendendo aquilo que, do ponto de vista delas, são capacidades críticas que o país tem que ter. Numa altura em que falamos de resiliência, temos que falar também da capacidade de termos esta resiliência junto das Forças Armadas para que elas estejam equipadas, capacitadas para cumprirem as suas

missões em permanência, mesmo em alturas de pressão, e mesmo em alturas em que as cadeias de abastecimento globais podem ter momentos de disrupção.

E já agora assinalar, pegando também noutra ponto que o Sr. Secretário de Estado sublinhou, que existe obviamente uma enorme oportunidade em matéria de captação de investimento direto estrangeiro, porque muitas empresas grandes da área da defesa estão a encurtar as suas cadeias de abastecimento e a trazer de volta para território europeu fabricos e capacidades de engenharia que estavam colocados noutras partes do mundo. Deste ponto de vista, essa é uma oportunidade que não devemos de forma nenhuma deixar passar, até porque o desenvolvimento da base tecnológica industrial de defesa europeia e o desenvolvimento das políticas europeias em torno da defesa vão levar seguramente a uma enorme oportunidade, mas também a um enorme risco. Ou as empresas portuguesas estão posicionadas nas cadeias de valor, naquilo que vai ser o natural movimento de consolidação da capacidade tecnológica própria nestas indústrias de ponta na Europa, ou quando a maré subir – se não subirmos com a maré, ficamos debaixo de água.

Um dos papéis que está atribuído, e é um dos mandatos que está dada à *Portugal Defence* pelas tutelas, é exatamente apoiar as empresas portuguesas na candidatura a estes fundos e na integração destas cadeias de valor. Este é um movimento que decorre em simultâneo para vários setores conexos com a economia de defesa e o *cluster* da AED é obviamente um dos nossos parceiros preferenciais, nomeadamente, para dois projetos muito concretos que acho que vale a pena deixar aqui apresentados.

Um deles é a criação de uma *one stop shop* que sirva, quer o investimento estrangeiro dirigido ao território português, ou potencialmente dirigido ao território português, quer para apoiar as pequenas e médias empresas portuguesas para a integração destes processos. Muitas delas não têm [essa capacidade], pela sua dimensão e pelo seu histórico, e também porque a área da defesa – e saúdo com particular satisfação as palavras do Sr. Secretário de Estado que vão no sentido de assumir uma mudança de paradigma – esteve tradicionalmente afastada das políticas europeias e dos fundos europeus. Isso não pode continuar, até porque ela tem, como também foi assinalado, um papel importante, não só na recuperação económica, mas também [na resiliência da nossa economia] – e já agora dou essa informação: na medição que temos feito, em articulação precisamente com o *cluster* [da AED], da resistência das empresas de defesa neste período de crise económica, elas têm resistido melhor do que a média. Aliás, ainda a semana passada foi anunciado um projeto enorme nas OGMA que, não sendo diretamente economia de defesa, é tornado possível pela capacitação que a OGMA tem em produtos muito complexos militares e que permitiu trazer para Portugal um contrato que foi objeto de concorrência a nível internacional, para a manutenção de motores da nova geração, que é um contrato a vinte anos, com um investimento de 70 a 80 milhões de euros, que criará por si só, diretos, 300 postos de trabalho altamente qualificados, e que significa um acréscimo de volume de negócios, e é cem por cento exportação, de 600 milhões de euros por ano, isto são 0,3% do PIB. É um contributo absolutamente fundamental e, acima de tudo, um sinal de confiança dos nossos parceiros internacionais nesta área, numa altura em que a economia está em contração.

Temos também conversações em curso na área da criação de um centro de engenharia naval, a nível português, que possa suportar o *cluster* naval. Ao contrário do aeronáutico, ele ainda não está tão desenvolvido e tão internacionalizado, mas não há nenhuma boa razão para que não esteja. Esta, *one stop shop* é dirigida essencialmente ao suporte das empresas. São mecanismos complexos, todos estes, quer o Portugal 2030, quer o Horizonte Europa, quer o Plano de Recuperação e Resiliência. Também o futuro Fundo Europeu de Defesa, que tem uma finalidade diferente e que, portanto, teremos que saber efetivamente conjugar e compreender que ele não substitui o papel, nem do PRR, nem do Portugal 2030, no apoio a este setor.

Nós estamos cá, nós *Portugal Defence*, para apoiar as pequenas e médias empresas para se conseguirem posicionar adequadamente e para lhes emprestar também aquilo que por vezes falta, que é a capacidade de interlocução com estas cadeias de grandes fabricantes europeus, muito complexos, com organizações internas que são muito difíceis de navegar, e para preparação das suas candidaturas que têm que ser, por definição, com empresas de pelo menos, mais dois Estados Membros.

E esta é uma área onde também podemos ajudar, identificando, quer para empresas de outros Estados Membros que procuram parcerias em Portugal, quais são as empresas portuguesas que estão em condições de responder, quer procurar para empresas portuguesas, parceiros internacionais que lhes permitam colocar as suas capacidades no âmbito de projetos mais vastos.

Resumo do debate

Atualmente, é assinalável um reforço generalizado no investimento em defesa dos países ocidentais, incluindo na Europa, Austrália, Canadá e EUA. No entanto, pese embora a necessidade desses mesmos aumentos para o investimento correspondente em cada indústria de defesa, o fator mais importante acaba sempre por ser a previsibilidade da orçamentação, o que permite, por sua vez, tomar decisões de médio e longo-prazo com alcance considerável para todo o setor.

Neste contexto, e atendendo à tendência recorrente para a equidade dos apoios e ao facto dessa mesma equidade conduzir por vezes a projetos de reduzido tamanho e baixo impacto, é de se destacar que Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) visa promover mudanças estruturais em vez de se centrar em apoios correntes que podem ser normalmente alcançados por via de investimentos individuais. Por outro lado, as regras comunitárias dos quadros financeiros plurianuais tendem a impor um conjunto de obstáculos a apoios mais diretos para atividades de uso exclusivamente militar. Como tal, equipamentos de duplo-uso poderão suscitar eventualmente maior interesse, quer em termos da sua construção, quer em termos das possibilidades inerentes à sua utilização.

No entanto, a concretização das ambições do PRR depende também da natureza e empenho dos agentes envolvidos para concretização de quaisquer novas iniciativas, incluindo centros de investigação, empresas, centros tecnológicos, laboratórios colaborativos ou as estruturas existentes dos *clusters*. Resulta assim necessário reforçar as capacidades de R&D,

com vista a melhorar não só as ligações entre o saber universitário e as empresas do setor, mas também a promover investigação de ponta, gerando um contributo da economia de defesa para o desenvolvimento da própria economia nacional.

Em última análise, a produção de conhecimento e a produção de valor económico necessitam de evoluir de forma paralela, de forma a que se confluam de forma natural e facilitem iniciativas transformadoras na indústria de defesa. Deste ponto de vista, parcerias com o Ministério da Economia, com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério do Planeamento são cruciais por forma a se alcançar uma visão integrada e gerar dividendos de parte a parte. De igual forma, uma maior capacidade de reação que possibilite as empresas portuguesas reposicionarem-se rapidamente nas cadeias de valor, por forma a conseguirem produzir e vender bens e serviços de alto valor acrescentado, permitiria também expandir as competências centrais da economia de defesa para além de setores conexos (aeronáutica, espaço, naval), abarcando áreas como a cibersegurança, a digitalização ou a segurança de comunicações.

Sessão de Encerramento

Ana Santos Pinto, Professora Auxiliar em Relações Internacionais e Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa

(texto transcrito da intervenção da oradora)

Boa tarde a todos. Esta sessão termina um dia longo de debate e é para mim uma grande honra encerrar esta segunda edição do Seminário da Defesa Nacional, numa intervenção que eu prometo que será muito breve, porque pretendo apenas sintetizar os trabalhos das sessões públicas a que tivemos oportunidade de assistir ao longo deste dia e salientar aquelas que são, no meu entender, ideias para a reflexão futura, no contexto do debate sobre a defesa europeia e do papel que Portugal deve ter nesta área, que naturalmente articula a dimensão da política de Defesa Nacional com a visão que Portugal tem da Europa e do seu posicionamento numa esfera mais alargada do ponto de vista internacional.

Eu gostaria de começar, naturalmente, por agradecer ao Sr. Ministro da Defesa, João Cravinho, pelo convite que me endereçou para fazer esta sessão de encerramento e pelo desafio, que de alguma forma é um desafio algo complicado, porque esta é uma missão difícil, já que ao longo do dia fui acompanhando a profundidade dos contributos de todos os oradores, o interesse das inúmeras matérias que foram discutidas, apresentadas, e os debates suscitados pelas questões que foram colocadas pela audiência, e que são certamente muito difíceis, para não dizer absolutamente impossíveis, de sintetizar em dez minutos. E, portanto, eu vou centrar este resumo do debate destas sessões públicas do segundo Seminário de Defesa Nacional, em três grandes linhas de raciocínio, que de alguma forma expressam a transversalidade em alguns painéis e a especificidade que algumas delas têm.

A primeira, é a ideia que me parece ser de facto transversal a todas as contribuições que pudemos assistir e que é a importância do contexto em que vivemos. Um contexto de pandemia global e as consequências que este contexto terá a curto, médio e longo prazo, ao nível nacional, em todos os Estados Membros da UE, bem como ao nível europeu e internacional, e que certamente se vão revelar nas matérias de segurança e defesa.

Eu gostaria de começar, tal como referido por alguns dos oradores – lembro-me do caso da Professora Ana Paula Brandão – por admitir que tenho algum receio que, tal como aconteceu durante a crise económica e financeira iniciada em 2008, exista novamente a tentação de recentrar as atenções e a decisão política para a dimensão, profundamente, interna do impacto desta crise. Designadamente, as questões socio-económicas, já que não podemos afastar o potencial de crescentes tensões do ponto de vista social, porque a crise que vivemos tem um impacto direto na vida dos cidadãos. Falamos do ponto de vista da reação da resposta em matéria de saúde, falamos do ponto de vista daquilo que é a dimensão dos rendimentos das pessoas, e essas são sensíveis todos os dias a cada um dos cidadãos.

O que aconteceu durante a crise de 2008 e que se prolongou durante alguns anos, foi de facto, uma viragem na vontade política, no impulso e até mesmo na redistribuição do ponto de vista orçamental. E este é o momento, não só por aquilo que está a ser negociado do ponto de vista do financiamento no âmbito europeu e, naturalmente, também no âmbito nacional. É uma tentação que não podemos aceder porque a Defesa Nacional, a política de Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas, numa lógica mais abrangente, deve ser entendido, não como um problema, não como um custo do ponto de vista orçamental ao nível europeu e ao nível dos Estados Membros, mas como uma solução, um investimento para um conjunto de questões que vão surgindo.

Isso é muito evidente naquele que também foi um tema transversal relacionado com o contexto pandémico, que é a necessidade de resposta a crises complexas, como aquela que a pandemia nos está a demonstrar. Mas também noutras questões que foram levantadas: a questão do terrorismo, a questão de criminalidade organizada, e que se vão diluindo nas conflitualidades que assistimos na nossa vizinhança e até numa escala mais global e, sempre aí, as Forças Armadas e os instrumentos da política nacional revelaram uma capacidade de adaptação e de resposta. Mas para isto, é necessário uma coordenação entre dimensão civil e militar. Civil e militar no âmbito da Defesa Nacional, civil e militar no âmbito daquilo que são os instrumentos ao nível da União Europeia.

Muito foi feito desde o impulso dado pelo, então, Presidente Van Rompuy em relação à “defesa importa/ *defence matters*”. Tem sido de facto um desenvolvimento que, até para mim, foi de alguma forma surpreendente, muito mais do ponto de vista institucional, com a criação de estruturas, a criação do CARD [*Coordinated Annual Review on Defence*] que tenta de alguma forma homogeneizar aquilo que é a capacidade de planeamento também, em complementaridade com a Aliança Atlântica. Mas há um impulso do ponto de vista político que tem a ver com uma referência que o Sr. Ministro fez na intervenção inicial de que não há divisões entre os Estados Membros sobre os passos imediatos a dar. Essas divisões são do ponto de vista conceptual, na visão futura da União Europeia. E essas visões precisam de ser consensualizadas, estamos no momento para repensar aquilo que a União Europeia pode ter como capacidade de resposta aos cidadãos e não me parece que exista qualquer dúvida sobre a capacidade que a política de Defesa Nacional e as Forças Armadas têm para dar neste contexto.

E, portanto, esta lógica que naturalmente se sobrepõe ou que se complementa com as dinâmicas muito particulares do sistema internacional em matéria de transição de poder que aqui também foram referidas, torna o contexto bastante mais complexo, mas torna-o muito mais uma oportunidade para pararmos, debatermos e pensarmos na operacionalização daquilo que podem ser ideias muito interessantes, mas que depois encontram alguma dificuldade ao nível operacional do terreno, seja em termos de decisão política, seja em termos de operacionalização pelas forças no terreno e pelas Forças Armadas.

O que me leva ao meu segundo ponto, e que é o tópico geral deste seminário, de alguma maneira, que são os desafios que se colocam à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, em particular, na área da segurança e defesa, e que constitui para mim uma oportunidade, um momento, uma janela, para marcar a agenda europeia naquilo

que Portugal entende serem prioridades significativas. O Sr. Ministro elencou-as de uma forma muito estruturada e compreensível aos cidadãos. Mas uma oportunidade também para promover um debate que eu acho que deve ser um debate interno à sociedade portuguesa e um debate no seio das instituições nacionais e europeias, porque este debate é muito necessário à legitimação e à definição de políticas em áreas de soberania, como é o caso da política de Defesa.

E permitam-me aqui que saliente a importância do Seminário de Defesa Nacional, agora nesta esfera mais aberta – ao contrário daquilo que foi a primeira edição, que era uma edição de pensar estas linhas estruturais. Quem olha para a Defesa Nacional enquanto parte de uma comunidade de interessados conhece o léxico e as ideias e os debates, mas para o cidadão comum, esta é uma área, a área da defesa, a área da segurança, que tem um discurso muito hermético, muito fechado, e que é difícil passar esta mensagem aos cidadãos. E se os cidadãos não reconhecerem a necessidade, a eficácia, a permanência que é exigida às Forças Armadas e o trabalho diário que fazem ao nível dos Estados Membros e a necessidade de resposta ao nível da União Europeia, as prioridades da Presidência do Conselho esbater-se-ão ao fim de poucos meses, e essa parece-me ser uma oportunidade que não podemos perder.

E dessas prioridades eu destacaria, naturalmente, aquilo que são as parcerias, desde logo a parceria entre a NATO e a União Europeia, porque o momento inicial da tomada de posse do novo Presidente Norte Americano marcará certamente um novo ciclo nesta parceria. É um ciclo que terá uma forma diferente, mas provavelmente, e como vimos ao longo dos painéis, o conteúdo dessa posição é um conteúdo que vem há mais de dez anos e, portanto, não tem uma mudança previsível. O competidor estratégico é a China, a Rússia é uma ameaça do ponto de vista de autoritarismo e dos valores, e o multilateralismo é uma das bandeiras da Presidência Portuguesa, como foi salientado pela Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus. O multilateralismo tem que ser reforçado e é com este posicionamento que Portugal se apresenta.

Uma outra prioridade, aquela que acabámos de falar no painel, sobre a economia e as indústrias de defesa. Este é de facto um momento para revitalizar as indústrias de defesa europeia e que tem que ser pensado com uma enorme racionalidade e tentar articular aquilo que é uma lógica de financiamento de capacidades da inovação e da investigação ao nível europeu, mas, como apresentou o Sr. Secretário de Estado, olhar também para aquilo que é a estrutura do ponto de vista empresarial e industrial e potenciar isso para Portugal.

O Sr. Ministro utilizava a expressão, no início, de é necessário uma real difusão dos benefícios e de oportunidades para todos e, designadamente, para as pequenas e médias empresas. E é nesse sentido que nós temos que preparar a articulação entre o setor privado, as empresas, e criar esta base industrial e tecnológica da defesa ao nível nacional e ao nível europeu. O financiamento não é tudo, é necessário também uma resposta por parte das instituições que articulem este diálogo. Ou seja, uma articulação entre a vontade política e a capacidade, que é uma capacidade com um potencial enorme das empresas, para entrarem em alguns nichos como aqueles que foram identificados. Mas este diálogo tem que ser a par e tem que ser complementar para que possa ter eficácia.

Eu não posso deixar de salientar a prioridade da questão das alterações climáticas porque, também aqui, a Defesa Nacional e as Forças Armadas têm um papel muito significativo, não só ao nível de emergências complexas que decorram de catástrofes naturais, mas também porque aquilo que é a *green politics*, a *green defence*, neste caso aplicada à Defesa Nacional, é importante para as Forças Armadas enquanto recurso do ponto de vista do consumo energético. Também aqui há um caminho a percorrer e estou certa que esta definição será uma prioridade para além da segurança marítima, da parceria com África, etc.

Concluo com o meu último ponto e que diz respeito aos contributos que este Seminário pode ter para a definição do posicionamento de Portugal no contexto da defesa europeia, não só no momento atual, mas também face a desenvolvimentos futuros. Num momento em que, noutras funções, eu trabalhei sobre uma lógica mais institucional e menos analítica da Defesa Nacional, foi identificado um problema muito importante, e para mim parece-me um problema fundamental e estrutural, a que este Seminário da Defesa, da Defesa Nacional pode querer responder e que é a articulação com os cidadãos. Ora bem, é preciso falarmos uma língua que seja compreensível para que possamos consolidar este posicionamento de Portugal no contexto da defesa europeia. E este debate, e este posicionamento começa nas Forças Armadas e na estrutura da Defesa Nacional. Sem Forças Armadas modernas, capazes de responder aos desafios, sem uma estrutura de Defesa Nacional que promova esse apoio, não conseguimos colocar-nos, do ponto de vista do posicionamento internacional, onde queremos, com a ambição que queremos e com os interesses que pretendemos projetar.

E, portanto, esta lógica integrada do debate parece-me continuar a ser muitíssimo importante, porque é ela que vai permitir chegar aos cidadãos, e os cidadãos são a base da legitimidade do processo de decisão democrático. E, por isso, eu acho que este Seminário tem este legado para deixar para o próximo, identificar os temas que possam ser compreendidos pelos cidadãos, identificar aqui esta ideia das ameaças – as ameaças híbridas, como foram faladas no painel anterior, não são exclusivamente de uma elite intelectual, não são apenas pensadas dentro de um ciclo fechado, elas são também a parte da percepção diária dos cidadãos. Mais uma vez, este contexto pandémico pode ter alterado esta percepção de segurança, pode ter colocado em causa aquilo que era uma ideia de direitos e garantias e a dimensão dos valores, dos princípios democráticos – a tal articulação que a Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus falava, entre a dimensão interna da agenda europeia e a dimensão e projeção externa, da qual a componente de Defesa faz parte, é absolutamente fundamental. Nós não podemos colocar em causa o funcionamento destas instituições democráticas onde as Forças Armadas têm um papel fundamental e onde revelaram, ao longo dos últimos meses, esta proximidade com os cidadãos, esta utilidade. A União Europeia é uma alavancagem, não só como têm dito alguns responsáveis políticos, uma caixa multibanco, mas é também um foco e um farol de orientação política, de necessidade de coordenação de decisões, porque facilita muito o processo ao nível interno e justifica a necessidade da existência de uma União Europeia e de Forças Armadas capazes de respondera aos desafios, porque isso só pode ser feito do ponto de vista cooperativo, no mundo em que temos.

E, portanto, o meu repto é de facto continuar com esta lógica de comunicação com os cidadãos e continuar com os debates da Defesa Nacional, que a cada momento nos permitem olhar para estas questões com um bocadinho mais de pormenor e não através da espuma dos dias.

Agradeço finalmente a toda a organização. Estes seminários num contexto pandémico, em dimensão virtual são até bastante mais exigentes, é preciso muita resiliência e muita resistência para manter esta organização e, portanto, queria agradecer a todos. E mais uma vez, um agradecimento muito especial ao Sr. Ministro da Defesa Nacional com quem eu tive a honra e o privilégio de trabalhar e com quem eu aprendi bastante. Muito obrigada.

Índice de IDN Cadernos Publicados

III SÉRIE	
2021	42 Tattered Alliance: Donald Trump and Europe
	41 Cyber Defence in the 5+5 Area: Prospects for Cooperation
	40 Atlantic Centre
2020	39 Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again
	38 Atlantic Centre for Defence Capacity Building
	37 Prospects for Euro-Atlantic Cooperation
	36 V Seminário IDN Jovem
	35 A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul
2019	34 Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial
	33 IV Seminário IDN Jovem
	32 Seminário de Defesa Nacional
2018	31 A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
	30 III Seminário IDN Jovem
	29 Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28 Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa
2017	27 Economia da Defesa Nacional
	26 Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
	25 II Seminário IDN Jovem
	24 Geopolitics of Energy and Energy Security
	23 I Seminário IDN Jovem
	22 Entering the First World War
2016	21 Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
	20 América do Sul: uma Visão Geopolítica
2015	19 A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18 Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17 As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
	16 O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
2014	15 A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14 Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
	13 Memória do IDN

2013	12	Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11	Gender Violence in Armed Conflicts
	10	As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
	9	Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise
2012	8	Contributo para uma “Estratégia Abrangente” de Gestão de Crises
	7	Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança
2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
2010	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”

II SÉRIE

2009	4	O Poder Aéreo na Transformação da Defesa O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea
	3	Conhecer o Islão
	2	Cibersegurança Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais
2008	1	Conflito e Transformação da Defesa A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão O Conflito na Geórgia

I SÉRIE

2007	5	Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional
	4	A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa
2006	3	Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional
	2	Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair
	1	O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências

idn cadernos

II SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

Instituto da Defesa Nacional

26 e 27 de Novembro, 2020



idn Instituto
da Defesa Nacional

